



Universidade
Estadual de Goiás

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais e Humanidades
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

DIÓGO RODRIGUES DA SILVA

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM
URUANA (GO) -1970-2010: relatos dos modos de vida de seus trabalhadores**

Anápolis
2018

DIÓGO RODRIGUES DA SILVA

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM
URUANA (GO) -1970-2010: relatos dos modos de vida de seus trabalhadores**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Portilho Maciel

Coorientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

Anápolis
2018

S586a Silva, Diôgo Rodrigues da.
Modernização agrícola no agronegócio da melancia em Uruana(GO) -1970-2010 [manuscrito] : relatos dos modos de vida dos trabalhadores / Diôgo Rodrigues da Silva. - 2018.
92f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dulce Portilho Maciel.
Coorientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2018.

Inclui bibliografia.

1.Agronegócios - Goiás(Estado). 2.Cultivo da Melancia - Modernização agrícola - Cerrado goiano. 3.Agronegócio de melancia - Precarização do trabalho - Uruana(GO). 4. Dissertações - TECCER - UEG. I.Maciel, Dulce Portilho. II.Xavier, Glauber Lopes. III. Título.
CDU 338.43(817.3)(043.2)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH
CRB1/2385

DIÓGO RODRIGUES DA SILVA

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM
URUANA (GO) -1970-2010:** relatos dos modos de vida de seus trabalhadores

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Portilho Maciel

Coorientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

Banca Examinadora

Profa. Dra. Dulce Portilho Maciel
Presidente/Orientadora – TECCER/UEG

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier
Membro Interno/Coorientador – TECCER/UEG

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima
Membro Interno - TECCER/UEG

Profa. Dra. Veralúcia Pinheiro
Membro Externo - PPG IELT/UEG

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva
Suplente Interno - TECCER/UEG

Profa. Dra. Yara Fonseca de Oliveira e Silva
Suplente Externo - PPG IELT/UEG

Anápolis, 28 de agosto de 2018.

Aos meus pais, Ana Maria e Divino, pelo apoio, carinho e por nunca ter deixado eu desistir dos meus sonhos. À memória dos meus avós Jovenila e Maximiano, que foram exemplos de luta e perseverança e partiram durante a construção deste trabalho. Aos trabalhadores da melancia da região de Uruana-GO, sentido maior deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem atribuo todas as conquistas de minha vida, por me fortalecer diante de todas as dificuldades e obstáculos.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e incentivo em todos os momentos dessa trajetória tão importante na minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, pela oportunidade de realização desse mestrado.

À minha orientadora, professora Dra. Dulce Portilho Maciel, pela competência e paciência com que conduziu a orientação de cada etapa dessa pesquisa, mas, principalmente pela sensibilidade e afeto, que foram fundamentais para superar os momentos mais difíceis dessa trajetória. Pelo exemplo de compromisso com atividade docente e seriedade com a pesquisa. Sou muito grato pelo seu apoio, por todos os ensinamentos e por ter me apresentado a história oral.

Ao meu Coorientador, professor Dr. Glauber Lopes Xavier, pela acolhida, orientações, incentivo, sugestões e prontidão em ensinar e esclarecer minhas dúvidas.

Aos professores Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima, Dr. Sandro Dutra e Silva e Dra. Veralúcia Pinheiro, pelas contribuições na ocasião do exame de qualificação e por aceitarem de forma tão atenciosa o convite para compor a banca também na defesa.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, pelas contribuições teóricas, amizade e pelos ensinamentos interdisciplinares, e, em especial, à Professora Dra. Adriana Aparecida Silva, que desde a graduação me motivou a seguir os rumos da pesquisa.

À Débora Salemo, secretária do TECCER, por atender as solicitações referentes a documentações e encaminhamentos com presteza e simpatia, principalmente por telefone e e-mail, devido ao fato de eu não residir em Anápolis e precisar, algumas vezes, de apoio à distância.

A todos os meus amigos do Mestrado, pela amizade, carinho e as contribuições neste período de realização da pesquisa. Agradeço, sobretudo, a Camila, Romênia, Amanda, Pedro Henrique, Fernando, Darlen, Dilceli, Idelmar, Priscilla, Kelly, Maxuel e Cristina, por tudo! Ao André, meu “irmão” mato-grossense, pela amizade e companheirismo. Ao Wagner Abadio, companheiro da turma de mestrado de 2013 e amigo de uma solidariedade ímpar.

Aos colegas de trabalho da Escola Municipal João José Ferreira e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Uruana, pelo apoio e compreensão durante esse processo. Agradeço à Gestora da Escola, Profa. Raquel Tatiane Rezende de Oliveira, e aos Dirigentes Municipais de Educação que estiveram frente à secretaria durante esse período, por conceder minha liberação nos dias aos quais tinha alguma atividade relacionada à pós-graduação e, especialmente, o Prof. Me. Valdivino José Ferreira, por oferecer todas as condições possíveis para que eu seguisse no Mestrado.

Ao amigo que a Geografia me proporcionou, Uhallas Cordeiro, que, desde a graduação, me acompanha nessa caminhada, pelos momentos de desabafo e apoio.

À minha amiga Raianne Bernadete, grande entusiasta desta pesquisa, por todo o apoio durante a realização deste trabalho, pelas leituras e sugestões.

À Universidade Estadual de Goiás, especialmente ao Campus Itapuranga, onde pude concluir minha graduação em Geografia, e ao Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, que me oportunizou cursar o Mestrado. Sou grato pelos professores de graduação e pós-graduação e pela chance de estudar em uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Ao Grupo de Leitura “Pensamento Social Brasileiro”, onde, além das discussões teóricas que foram importantes para o desenvolvimento deste trabalho, fiz grandes amigos.

Aos trabalhadores da melancia da região de Uruana-GO, agradeço pela acolhida e pelo carinho encontrado no contato com cada colaborador. Sou grato, porque apresentaram suas narrativas e compartilharam experiências comigo nas entrevistas.

A todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho, meu muito obrigado!

“As chaves do futuro e de utopia estão escondidas, quem sabe, na memória das lutas, nas histórias dos simples, nas lembranças dos velhos”.

(BOSI, 2003, p. 208)

“Graças aos progressos da ciência e da técnica e à circulação acelerada de informações, geram-se as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção, é uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas”.

(SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 105)

RESUMO

Esta pesquisa enseja destacar as dinâmicas socioeconômicas e territoriais decorrentes do processo de expansão do cultivo da melancia no município de Uruana – Goiás, a qual incentivou o processo de povoamento e as práticas agrícolas, resultando na urbanização do município. O foco principal desta pesquisa é o município de Uruana-GO localizado na região central do Estado de Goiás, e pertence à microrregião de Ceres, que por sua vez integra a mesorregião Centro Goiano. Será analisado o processo de modernização do cultivo de melancia no município de Uruana, a qual ocasionou uma grande transformação no espaço agrário local, alterando a paisagem das antigas fazendas, que antes produziam café, milho, feijão, entre outras culturas, como também as condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho empregada no cultivo da melancia. Este trabalho então tem como objetivo além de analisar a formação e desenvolvimento econômico do município de Uruana, diagnosticar uma série de impactos socioeconômicos atrelados à modernização agrícola. Para a execução da pesquisa foi utilizado o método de história oral de vida que a partir das narrativas dos trabalhadores da melancia permitiu uma reflexão sobre as condições de vida e trabalho imposta pelo capitalismo globalizado em cada etapa do agronegócio da melancia.

Palavras-chave: Modernização Agrícola; Agronegócio da melancia; Precarização do Trabalho

ABSTRACT

This research aims to highlight the socioeconomic and territorial dynamics resulting from the process of expansion of watermelon cultivation in the city of Uruana - Goiás, which stimulated the process of settlement and agricultural practices, resulting in the urbanization of the city. The main focus of this research is the city of Uruana-GO located in the central region of the State of Goiás, and belongs to the Ceres microregion, which in turn integrates the Centro Goiano mesoregion. It was analyzed the process of modernization of watermelon cultivation in the city of Uruana, which caused a great transformation in the local agrarian space, altering the landscape of the old farms, that previously produced coffee, corn, beans, among other crops, as well as the conditions work and reproduction of the work force used in the cultivation of watermelon. This work then aims both to analyze the formation and economic development of the city of Uruana and to diagnose a serie of socioeconomic impacts linked to agricultural modernization. In order to execute this research, the method of oral history of life was used, which from the narratives of watermelon workers, enabled a reflection on the conditions of life and work imposed by globalized capitalism in each stage of watermelon agribusiness.

Keywords: Agricultural Modernization; Agribusiness of watermelon; Precarization of Work

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização do município de Uruana, Goiás.....	31
Figura 2 - Rio Uru	33
Figura 3–Construção da Igreja Matriz de São Sebastião na década de 1950	33
Figura 4 - Avenida José Alves Toledo na década de 1960.....	34
Figura 5 - Avenida José Alves Toledo na década de 2010.....	35
Figura 6 - Mapa urbanístico do município de Uruana.....	38
Figura 7–Mapa da Produção de melancia no estado de Goiás por mesorregião - 2010.....	43
Figura 8 - Monumento na entrada da cidade de Uruana representando a Capital da Melancia.....	43
Figura 9 - Cartaz da primeira Festa Internacional da Melancia - 2017	45
Figura 10 - Trabalhador descansando após concluir o carregamento de melancia	53
Figura 11 - Peões e cargueiros durante o carregamento de caminhão de melancia.	66
Figura 12 - Transporte dos trabalhadores da melancia.....	68
Figura 13 - Trabalhadores após concluir o carregamento de melancia no caminhão.....	70
Figura 14 – Momento de trabalho de peões na lavoura de Melancia em Uruana	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução na população no município de Uruana-GO (1970 -2010).....	37
Tabela 2 - Produtos da lavoura temporária de Uruana: quantidade produzida (toneladas) e área plantada (hectares) 1974-2010.....	39
Tabela 3- Principais municípios produtores de melancia - 2010.....	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de Escolaridade dos trabalhadores pesquisados do Agronegócio de Melancia.....	63
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR-GO	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás
AGENCIARURAL	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MINTER	Ministério do Interior
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRÓ-ALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte
PRONAP	Programa Nacional de Pastagens
PRONAZEM	Programa Nacional de Armazenagem
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: REESTRUTURAÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E ECONÔMICAS NO CERRADO.....	18
1.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO	18
1.2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS EFEITOS NA MICRORREGIÃO DE CERES.....	21
2 A CAPITAL NACIONAL DA MELANCIA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUANA-GO.....	30
2.1 A CRIAÇÃO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE URUANA-GO.....	30
2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE URUANA-GO.....	39
2.3 O USO DA TERRA PELO AGRONEGÓCIO DE MELANCIA.....	41
3 HOMENS DA MELANCIA: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM URUANA-GO	48
3.1 CAPITAL, TRABALHO E EXPLORAÇÃO: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES RURAIS NA PRODUÇÃO DE MELANCIA.	48
3.2 HISTÓRIA ORAL DE VIDA: CONCEITO E POSSIBILIDADES.....	54
3.3 “O DESEJO É APOSENTAR E DESCANSAR”: A TRAJETÓRIA DE RAFAEL NO AGRONEGÓCIO DE MELANCIA	65
3.4 “NO ÍNICIO, A COLHEITA ERA UM SACRIFÍCIO DANADO”: O COTIDIANO DE SEBASTIÃO FRENTE A MODERNIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO DE MELANCIA .	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE	86
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DE MELANCIA DE URUANA-GO.....	87
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..	89
APÊNDICE C - CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA.....	91
APÊNDICE D- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	92

INTRODUÇÃO

É grande a discussão, por parte de pesquisadores, sobre os impactos da modernização da agricultura no Cerrado. “O adjetivo da modernização não guarda, em si, um conteúdo positivo. Na verdade, por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, nos cerrados do Centro-Oeste brasileiro” (ARRAIS, 2007, p. 2).

A partir da instauração da ditadura civil-militar¹ no Brasil em 1964, desenvolveram-se políticas públicas e programas governamentais de desenvolvimento para incentivar e fortalecer a agricultura: consolidar o acesso dos agricultores às pesquisas agrícolas realizadas por órgãos do governo, às linhas de créditos rurais, maquinários agrícolas, produtos químicos (fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros), melhoramento genético das sementes e ao incremento do conhecimento e uso tecnológico na produção, bem como às políticas de assistência técnica e extensão rural. “Dentre os programas destinados ao cerrado, o PRODECER talvez seja o que mais promoveu a ocupação desta área, estando em desenvolvimento desde 1979 até os dias atuais” (GOBBI, 2004, p. 142).

O cultivo de arroz desde os anos 1940 destacava-se como uma das mais importantes culturas de Goiás e movimentava, de forma expressiva, a economia goiana. Santos e Silveira (2013, p. 124) afirmam que “o arroz, produto tradicional de alta demanda no mercado interno, é cultivado em todos os Estados do país. Há um importante crescimento da área destinada ao plantio a partir de 1940, mas a tendência é revertida nos anos 80 [...]”. Demonstrando a importância da cultura de arroz no cenário goiano e no município de Uruana, no ano de 1945, depois de sua visita à região, Waibel (1947) destacou que “o arroz é o produto mais importante da zona [...]. A produção de gado bovino não é grande, possivelmente devido ao fato de que as matas estão sendo derrubadas há pouco tempo, e ainda não procedeu ao plantio do capim”.

A década de 1970 aparece como redentora para o Estado de Goiás e, em especial, para o município de Uruana, período em que se consolidam de fato as inovações na agricultura. Foi o momento em que os agricultores se voltaram para outras culturas. A produção de melancia

¹Usa-se a terminologia “civil-militar” conforme definição de Daniel Aarão Reis Filho. Segundo o autor, “o que fica evidente aí é que o processo que levou à ditadura não foi um processo que apenas mobilizou os militares, ao contrário, foi um processo que articulou ativamente setores civis consideráveis, justificando-se, a partir daí, chamar-se a ditadura de ditadura civil-militar, e não mais de ditadura militar, porque esse último nome acaba encobrindo, e fazendo esquecer, os civis que participaram do processo” (REIS FILHO, 1997, p. 102).

naquele contexto serve como propulsora tanto da economia quanto da sociedade, em razão do grande emprego de mão de obra.

Em decorrência da produção de melancia, ocorreram várias melhorias na cidade de Uruana nas áreas de infraestrutura e de equipamentos urbanos, tais como: pavimentação das ruas, saneamento básico, criação de escolas, áreas de lazer, hospitais, comércios. Foram implantados, também, novos programas de habitação e de incentivos à criação de novas vagas de emprego, entre outras. Na época, vários moradores do município de Uruana que possuíam pequenas propriedades saíram de suas terras para arrendá-las aos produtores de melancia e foram morar em outras cidades.

Com isso, Uruana, em um curto período de tempo, passou a se destacar na produção de melancia, a ponto de ocupar a primeira posição no ranking de produção de melancia no país. Como relata a Embrapa (1981, p. 2), “os principais municípios goianos em termos de produção de melancia são: Uruana, Santa Bárbara, Trindade, Hidrolândia e Carmo do Rio Verde. O município de Uruana é o maior produtor de melancia do país [...]”. A produção de melancia no município ganhou maior destaque quando a tradicional festa da melancia - que ocorre todos os anos no mês de setembro, ganhou o título de festa nacional. Conforme afirma Macêdo (2002, p. 70), “o Estado de Goiás é, atualmente, um importante produtor de melancia no país e o município de Uruana tem sido, desde a década de 1970, o alvo principal dos produtores. Este fato marcou a história do referido município com a realização da primeira Festa Nacional da Melancia em 1993”.

Com o advento da agricultura tecnicista na região de Uruana, a produção agrícola paulatinamente sofreu mudanças, deslocando-se do cultivo de arroz, feijão e milho para a produção de melancia.

A agricultura camponesa, que utilizava a mão de obra familiar, foi desarticulada pela modernização do campo em Goiás, sendo esta uma das razões que explica a queda da produção dos alimentos básicos da população, como o arroz e o feijão, além de explicar o processo de urbanização crescente neste Estado. Contraditoriamente, verifica-se o aumento da produção de grãos para exportação, da importação de alimentos e a expulsão do homem do campo para a cidade.

Com o desenvolvimento deste estudo, pretende-se demonstrar que a modernização da agricultura proporcionou ao município de Uruana um grande crescimento de suas atividades agrícolas devido ao implemento da mecanização das produções. Além disso, a pesquisa tem como uma das metas apresentar as alterações ocorridas no cerrado, focando especificamente no modo de vida dos trabalhadores de melancia e nos impactos socioeconômicos

influenciados (produzidos/gerados) por esse modelo de agronegócio. O recorte temporal será delimitado entre 1970 e 2010, período de maior desenvolvimento econômico do município, partindo-se de estudos voltados para as consequências da modernização da agricultura no Cerrado, no Estado de Goiás e na Microrregião de Ceres, onde se localiza Uruana.

Para melhor direcionamento será considerado, de forma geral, a afirmação de Pelá e Mendonça (2010, p. 62): “a transformação do rural em agrícola mecanizado em um período histórico tão curto gerou impactos econômicos, sociais, culturais e espaciais que podem ser claramente percebidos”.

Dessa forma, a problemática pode ser assim formulada: quais os impactos socioeconômicos decorrentes da modernização da agricultura no município de Uruana-GO?

No município de Uruana, o agronegócio da melancia tem provocado expropriação dos pequenos produtores rurais e desigualdades na atual configuração das condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas temporários.

Outra questão que nos chama a atenção é o fato de que a produção de melancia no município está aos poucos ocupando as áreas de cultivo de outros alimentos, como lavouras de arroz, feijão, milho e carne, provocando a diminuição destes produtos no mercado e a elevação de seus preços.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender as dinâmicas socioeconômicas e territoriais decorrentes do processo de expansão do cultivo de melancia no município de Uruana – Goiás. Além disso, buscou estudar o processo de modernização do cultivo de melancia no município de Uruana, investigar o papel desempenhado pelo Estado nas intervenções realizadas em territórios do Cerrado (em especial no município de Uruana) e analisar as condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho empregada no cultivo de melancia.

Para a execução da pesquisa, foram utilizados procedimentos como pesquisas bibliográficas, pesquisas cartográficas, interpretação de dados e imagens e produção de mapas temáticos. Também realizou-se trabalho de campo para as observações do cotidiano dos trabalhadores do agronegócio da melancia, descrições dos fatos e entrevistas. As seguintes etapas metodológicas foram desempenhadas:

Leitura de teses, dissertações, livros, artigos, leis, documentos institucionais, entre outros, a fim de se analisar dados quantitativos, a realidade local e ações empreendidas pelo poder público e iniciativa privada.

Levantamento de informações sobre a expansão do agronegócio de melancia e seus reflexos no meio socioeconômico, a partir do trabalho de autores que realizam pesquisas na área e sua expansão no Cerrado, Goiás e Uruana.

História oral de vida, em relação à qual foram utilizados roteiros que trataram das características do processo de produção, organização do trabalho, cotidiano na lavoura de melancia e informações sobre a substituição de culturas agrícolas por parte dos arrendatários, oleicultores e prefeitura municipal de Uruana-GO.

A presente dissertação compõe-se de três capítulos. O primeiro capítulo, *Modernização da agricultura: reestruturação das dinâmicas territoriais e econômicas no Cerrado*, analisa a importância dos planos governamentais de incentivo à agricultura e as políticas públicas adotadas no período de instauração da ditadura civil-militar (1964), bem como suas influências no processo de expansão da agricultura no Cerrado, especificamente no Estado de Goiás - microrregião de Ceres, e nas transformações ocorridas a partir do processo de modernização do cultivo de melancia no município de Uruana-GO.

O segundo capítulo, *A capital nacional da melancia: caracterização do município de Uruana-GO*, apresenta o contexto da formação histórica do município de Uruana, destacando os aspectos físicos, econômicos e sociais; a relação da modernização da agricultura com a expansão do cultivo de melancia; a importância econômica do cultivo de melancia em Uruana e o surgimento da festa estadual, nacional e internacional da melancia.

No terceiro capítulo, *Homens da melancia: narrativas e experiências de trabalhadores agrícolas em Uruana-GO*, são analisadas as condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho empregada no cultivo de melancia, a relação trabalho *versus* capital e o contexto do trabalho rural na lavoura de melancia. Ainda há uma discussão sobre o conceito e o uso das técnicas da história oral de vida. Utilizando-se dessa técnica, foi desenvolvida a investigação de experiências de trabalhadores de melancia. Posteriormente, dois trabalhadores foram selecionados para uma análise minuciosa de suas vivências na produção de melancia.

Espera-se que a discussão acerca dessa pesquisa contribua para uma reflexão das condições de vida e trabalho impostas pelo capitalismo globalizado em cada etapa do agronegócio da melancia no município de Uruana-GO.

1 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: REESTRUTURAÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E ECONÔMICAS NO CERRADO

Antes de tratar do surgimento de Uruana e de sua historiografia até sua atual conjuntura, é necessário compreender a história de ocupação do Estado de Goiás e como esta possibilitou o aparecimento de novas cidades. Uruana apresenta uma estagnação no seu crescimento populacional ao longo dos anos, diferentemente de outras cidades da sua região (Mato Grosso Goiano) que surgiram no mesmo período ou até mesmo antes de Uruana. Exemplos dessas cidades são Ceres, criada a partir da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, e Jaraguá no período da mineração.

Neste capítulo, serão trabalhadas a produção do território goiano e sua influência no processo de povoamento, apropriação, desenvolvimento e urbanização de Uruana e consequente expansão da fronteira agrícola, bem como a política de desenvolvimento do Estado e modernização da agricultura que alavancou o processo de urbanização e desenvolvimento das cidades goianas.

1.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO

Falar sobre Uruana na atualidade e não voltar à origem do seu surgimento seria um discurso sucinto e com pouca credibilidade. Analisar, então, seu processo de povoamento, formação e urbanização, torna possível compreender também o surgimento de outras cidades e a construção do território goiano a partir desse período, fato ocorrido de forma bem similar.

Entendemos ser oportuno voltarmos à década de 1930e, a partir desse momento, compreender o cenário sociopolítico do Brasil, do Estado de Goiás, dando ênfase à região do Mato Grosso Goiano (que, atualmente, conforme a regulamentação do IBGE de 1991, passou a receber o nome de Mesorregião Centro Goiano), onde a maioria das cidades, como também o Estado, surge em decorrência da colonização agrícola de Goiás.

Mesmo tendo uma localização geográfica privilegiada, essa região iniciou seu crescimento econômico e demográfico somente a partir de 1930, pois até então essa área apresentava grandes vazios demográficos, ausência de infraestrutura, como estradas de ligação interna e com outras regiões, e a falta de subsídios para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Segundo Castro (2004, p. 81):

No entanto, de um modo geral, a densidade demográfica do estado, em 1920, era muito baixa, cerca de 0,79 habitantes por quilômetro quadrado. No interior do território, as áreas mais povoadas eram as que faziam divisa com outros estados, no extremo sul (Catalão) e no extremo norte (Boa Vista do Tocantins). A população de Goiás nessas primeiras décadas do século era predominantemente rural. Com uma população muito pequena, as cidades estavam dispersas pelo imenso território goiano.

Essa realidade só mudou a partir das políticas de desenvolvimento do Estado de Goiás e de produção do território brasileiro criadas por Getúlio Dorneles Vargas que, após a revolução de 1930², tornou-se Presidente da República. Sua política tinha como pretensão a ocupação e integração das regiões pouco habitadas do país com o objetivo de retirá-las do atraso e impulsioná-las rumo ao progresso. De acordo com Palacin e Moraes (2008, p. 149):

A revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor, como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do estado no país, foi o ponto de partida desta nova etapa histórica.

Para isso impulsionar o desenvolvimento do Estado de Goiás, os governos estadual e federal tiveram uma participação ativa na produção e desenvolvimento do território goiano. Investiram em alguns programas e metas como a Marcha para o Oeste, a construção de Goiânia, o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, a criação de uma rede rodoviária, a fundação das chamadas Colônias Agrícolas e a criação da Fundação Brasil Central.

Lembrando que a ocupação e povoamento de Goiás iniciou-se no século XVIII por influência da exploração do ouro e da produção do território goiano. O marco da exploração foi a expedição comandada por Anhanguera, denominada bandeira, que “era uma expedição organizada militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela do capital, que consistia ordinariamente em certo número de escravos” (PALACIN e MORAES, 2008, p. 21). A viagem da bandeira de Anhanguera posteriormente influenciou novas expedições que contribuíram para o

²“Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano” (FGV, 2017).

povoamento de Goiás. O século XVIII marcou o início desse povoamento, conforme caracterizam Palacin e Moraes (2008, p. 23-24):

Três zonas povoaram-se, assim, durante o século XVIII, com uma relativa densidade. A primeira zona situava-se no centro-sul, com uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) – principal centro de comunicações -, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos.

No século seguinte, Goiás recebe migrantes de outros Estados em busca do metal precioso. Com o esgotamento do ouro, esses migrantes se fixaram em Goiás, tomaram posse da terra e começaram a explorar e dominar indígenas, garimpeiros e camponeses por violentas relações de dominação. Começaram, então, a desenvolver outras atividades, como a lavoura e a pecuária, sendo o novo meio econômico e a solução para que essa população oriunda de outros Estados pudesse sobreviver. Essa ocupação ficou conhecida como “Frente de expansão³”, em que as terras devolutas do Estado eram apropriadas pelos posseiros e não possuíam nenhum valor de mercado. Para Castro (2004, p. 72):

Houve uma migração interna à procura do ouro. Em Goiás, a população veio de início de São Paulo, da Bahia, do Pará, do Maranhão, do Piauí e do Rio de Janeiro. Essa população migrava ao sabor das descobertas de ouro, e, com a decadência da mineração, fixou-se em determinadas áreas, ocupando-se de outras atividades e construindo paulatinamente o território goiano.

Conseqüentemente à exploração do ouro, ocorreu um aumento significativo de estabelecimentos rurais, formando sítios de lavoura onde a população era praticamente rural. Por essa razão, muitas cidades goianas surgiram a partir da aglomeração demográfica nas sedes das grandes fazendas e pela lógica de uma economia baseada na agropecuária. Gomes e Neto (1993) argumentam sobre a formação destas cidades:

Pelo menos 20% das cidades goianas e tocantinenses surgiram de sedes de fazendas, em torno das quais o lugarejo surgia e prosperava, em terrenos menos acidentados do que o relevo das cidades oriundas da mineração. Este fator facilitava o crescimento e o desenvolvimento da cidade de origem agropecuária. Mas o principal fator era o aparecimento de um novo ciclo econômico em substituição à mineração. Para sair da estagnação econômica em que as regiões de Goiás e Tocantins se achavam, os seus habitantes encontraram a solução na roça e na criação extensiva, já que dispunham de imensos espaços favoráveis à atividade agropastoril tradicional.

³ “Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica (MARTINS, 2009, p. 138).

Mas é no século XX que se intensifica o processo de urbanização em Goiás, a partir das grandes fazendas e antigos arraiais do ouro, mesmo que as cidades ainda fossem pequenas. A respeito da urbanização das cidades goianas, Palacín e Moraes (2008, p. 172-173) afirmam que:

Em Goiás, o censo de 1940, que foi o primeiro a fazer distinção entre população urbana e rural, dava para o estado 14,6% de população urbana contra 85,4% de rural. Devemos considerar, entretanto, que o índice de ruralidade era ainda mais elevado devido ao critério adotado pelo IBGE, que considerava população urbana a residente na sede dos municípios (não o tamanho, ou diferenciação das funções, como seria mais conveniente), computando como urbana a população de pequenas cidades e vilas (no senso de 1940 eram apenas 125 as cidades e vilas com menos de 2.000 hab.). Apesar disto, havia municípios, como Goiatuba, onde o índice de ruralidade subia até 97,12%. Só quatro cidades passavam dos 7 mil habitantes (Goiânia 15 mil, Anápolis 9.500, Goiás 8 mil e Ipameri 7 mil), e outras quatro (Rio Verde, Silvânia, Catalão e Piracanjuba) excediam em pouco os três mil.

Então, era notório o vazio demográfico que ainda apresentava o Estado de Goiás e, em especial, a Mesorregião Centro Goiano, região de ricas bacias hidrográficas e solo extremamente fértil. Por essa razão, muitas fazendas dessa localidade na década de 1940 cultivavam lavouras de café, principalmente a leste de Ceres.

1.2 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS EFEITOS NA MICRORREGIÃO DE CERES

A cidade de Ceres se beneficiou da política de incentivo às práticas agrícolas, projeto desenvolvido por Getúlio Vargas com a intenção de preencher as lacunas existentes no território goiano e incentivar o progresso e ocupação da região, desenvolver a agropecuária e dar início à expansão da fronteira agrícola. Para isso, criou em 1943 a Fundação Brasil Central, que foi um órgão subordinado à presidência da República e tinha como finalidade coordenar a ocupação das regiões oeste e central do Brasil, que ainda eram pouco habitadas. Conforme destaca Maciel (2011, p. 4):

A FBC foi instituída ainda naquele ano, com a finalidade, segundo o ato de sua criação, de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental” A nova instituição vinculava-se diretamente à presidência da República, com sede na Capital federal. A primeira atribuição recebida pela FBC foi, todavia, a de proporcionar condições, de toda ordem, para a execução da tarefa a cargo da Expedição Roncador-Xingu [...].

Essa expansão tinha caráter eminentemente geopolítico, para proteger o território brasileiro e ocupar as áreas de fronteiras, evitando assim invasões e garantindo também a segurança e efetivação dos projetos em andamento.

Na década de 1940, foi implantado sob o comando de Getúlio Vargas, na condição de Chefe de Estado apoiado por Pedro Ludovico Teixeira, então governador do Estado de Goiás, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na região do Vale do São Patrício, em terras cedidas pelo Estado de Goiás. Essa implantação migratória tinha como objetivos principais: provocar um processo migratório, distribuir pequenas porções de terras a trabalhadores pobres fixando-os à terra, desenvolver a produção agropecuária baseada na pequena propriedade e na comercialização cooperativista. Com a vinda de vários migrantes para a região, desenvolveu-se o povoamento do Mato Grosso Goiano, no Centro Sul de Goiás, principalmente nas décadas de 1930 a 1950, formando várias cidades. Como mencionam Gomes e Neto (1993, p. 74):

A colonização espontânea, sob múltiplos aspectos foi o mais importante fator de urbanização. Seu melhor exemplo encontra-se na região de Mato Grosso de Goiás, no Centro-Sul de Goiás, principalmente nas décadas de 30 a 50. Nessa região situam-se importantes cidades fundadas por migrantes oriundos de diversos pontos do Brasil, especialmente de Minas Gerais. Dentre elas destacam-se: Anápolis (que serviu de apoio à Colônia Agrícola Nacional de Goiás), Itapuranga, Uruana, Firminópolis, São Luiz dos Montes Belos, Goiatuba, Morrinhos, Goianésia, Fazenda Nova, Novo Brasil e Sanclerlândia.

Vargas escolheu Bernardo Sayão para dirigir a implantação da Colônia, que foi a primeira de uma série de oito que se pretendia implantar no oeste do país, como parte da Marcha para o Oeste que iria impulsioná-la. Esse foi um dos grandes projetos desenvolvidos para a ocupação da região central do país. Em relação à Marcha para o Oeste, Castro (2004, p. 85) ressalta que:

A [sic] Marcha para o Oeste visava ocupar o Planalto Central e a partir deste desbravar a Amazônia, pois havia um grande vazio demográfico no território brasileiro e era necessário ocupá-lo e integrá-lo. Esse projeto não estava desvinculado do econômico, pois seu objetivo era destruir barreiras que isolavam as regiões, para que a economia pudesse fluir de uma forma homogênea, articulando ao mesmo tempo os meios de transportes para que a produção econômica pudesse escoar.

A Marcha para o Oeste foi criada a partir da política expansionista do Governo Federal para desenvolver a ocupação demográfica, incentivar a colonização agrícola e estruturar o Estado de Goiás para receber os migrantes oriundos, principalmente, das regiões nordeste e

sudeste, caracterizando o segundo momento da expansão de fronteiras, desenvolvendo a “Frente Pioneira”, marcada por características da propriedade privada da terra, onde esta é adquirida e transformada num empreendimento econômico. Do ponto de vista de Martins (2009, p. 135-136):

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, a modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas.

A expansão da fronteira representava o início do capitalismo no campo com a comercialização da produção. Essa política expansionista também tinha como principais metas a mudança da capital do Estado, na época Vila Boa (Goiás “Velho”), para Goiânia; a criação da CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás; a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília e a abertura de rodovias e ferrovias. Dutra e Silva (2017, p. 109) destaca que:

A expansão da fronteira agrícola foi impulsionada por políticas de modernização cujos marcos são a construção da nova capital, Goiânia, em 1933; a construção da ferrovia e sua linha terminal em Anápolis em 1935; e a implementação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1941. Tanto Goiânia quanto Anápolis estavam localizadas nas bordas da região florestal do Mato Grosso de Goiás (MGG) e sofreram forte impacto com a ocupação agrícola e consequentemente desflorestamento dessa grande floresta.

Goiânia, como a nova capital do Estado de Goiás, era símbolo de modernidade, fazendo com que a imagem de um Estado atrasado fosse se alterando, e este passou a ser visto, então, como a caminho da modernização e como um local de atração para migrantes de outros Estados. Arrais (2004, p. 38-40) também destaca a importância da construção de Brasília para o povoamento das microrregiões de Goiânia, Ceres e Anápolis. Segundo o autor:

O povoamento das microrregiões de Goiânia, de Ceres e de Anápolis foi marcado pela construção de duas capitais (Goiânia e Brasília), pela presença sempre forte de Anápolis como centro de comércio e pelo projeto da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), que deu origem ao município de Ceres em 1942. Essa região, que forma a mesorregião Centro Goiano, era conhecida como Mato Grosso de Goiás, descrita com simplicidade em Quarto crescente, romance do Carmo Bernardes. Região de solos férteis e cobertura vegetal com alto estratos de floresta, que ainda podem ser observados, em forma de manchas, na saída para Anápolis (GO-060). Até

a década de 1970, manteve-se essa denominação, depois Mato Grosso de Goiás passou a se chamar Centro Goiano.

A nova capital, projetada para atender as necessidades do território goiano, seria zona de fluxo de comunicações, transportes e industrialização, favorecida por sua privilegiada localização geográfica, o que fez com que recebesse um grande fluxo de migrantes tanto das outras regiões do Estado quanto do País. A respeito da consolidação de Goiânia, Estevam (2004, p. 102-103) destaca que:

Na virada da década de quarenta “Goiânia construiu mais de cem prédios ou quase quatro por dia. Não é um crescimento: é quase uma explosão se lembrarmos o marasmo goiano em época que não vai longe”. Goiânia foi vista também como “o cumprimento de mais uma etapa da Marcha para o Oeste, dentro do processo de acumulação capitalista (proporcionando) maior inserção de Goiás na economia de mercado”; era o centro político capaz de dinamizar a economia do Sul e Sudoeste (do estado).

No entanto, o Brasil ainda vivia a ressaca da crise de 1929, o que acabou afetando a economia goiana, pois mesmo com a emergência de uma mudança, Goiás sofreu abalos desta crise, devido à articulação via Triângulo Mineiro à economia de São Paulo. Sobre a influência dessa crise, Estevam (2004, p. 97) menciona que:

Não obstante, em termos conjunturais, a economia do estado parece ter sido afetada. As exportações de gado – principal fonte da receita estadual – sofreram oscilações nominais na virada dos anos trinta. No período 1928-1932 o valor das exportações bovinas caiu 68,0% sendo que, a partir de 1929 esteve abruptamente reduzido à metade.

Assim sendo, dirigentes goianos anseiam desenvolver novas estratégias – políticas e econômicas, para tentar sair da crise em que se encontrava o Estado. Um fato decisivo para o estabelecimento das alterações políticas e econômicas na realidade goiana foi a eleição de 1930, que, ao elevar o gaúcho Getúlio Vargas ao poder, promoveu o enfraquecimento das antigas oligarquias agrárias que há muito dominavam o país; dentre elas, vigorava, no Estado de Goiás, a dos Caiados.

Foi a oportunidade para as novas forças políticas, insatisfeitas com a forma que a oligarquia goiana rural tradicional governava o Estado na época, se consolidarem como opositoras.

Buscando romper com o atraso e conservadorismo representados pelas antigas oligarquias que dominavam várias unidades da federação, Vargas nomeia interventores para esses Estados, intencionando romper com a força política daqueles grupos. Para Goiás, é

indicado Pedro Ludovico Teixeira, natural da cidade de Rio Verde. O local de origem do interventor já demonstra o desejo de desvincular territorialmente os laços de poder que comandavam Goiás, haja vista que o governo Caiadista, que há muito mantinha o controle político estadual, se vinculava especialmente à antiga capital (Cidade de Goiás).

Outra estratégia adotada por Pedro Ludovico – para a qual conta com o apoio de Getúlio Vargas, foi a mudança da capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia, buscando assim descentralizar o poder e enfraquecer as antigas oligarquias. Chaveiro (2004, p. 116-117) ressalta que:

[...] a política territorial, como a construção de Goiânia, irrompia-se em função, também, das disputas entre as oligarquias da política local; por isso fazê-la com tanto *glamour*, como desenhava seu projeto urbanístico, ainda que parecesse assustador e contraditório o “lâmpadário sobre a relva”, servia para abastecer as forças da facção sulista de Goiás. Por conseguinte, Goiânia provinha de um projeto interessado em fortalecer o centro econômico de Goiás, fundado no eixo sul-sudoeste.

A construção de Goiânia em um local mais central dentro do território goianos e coaduna ao projeto da Marcha para Oeste, criado por Vargas, que pretendia preencher o vazio demográfico que era avassalador e impulsionar o crescimento das cidades e nas mesmas desenvolver a economia. Dessa forma, cada região criava identidade de acordo com seus pioneiros, pois estes traziam muito de suas experiências culturais e as empregavam na nova região.

A partir da implantação da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, surgem políticas públicas e programas governamentais de incentivo ao desenvolvimento da agricultura, consolidação do acesso dos agricultores às pesquisas agrícolas realizadas por órgãos do governo, às linhas de créditos rurais, maquinários agrícolas, produtos químicos (insumos, fertilizantes, agrotóxicos, entre outros), melhoramento genético das sementes, ao incremento do uso e conhecimento tecnológico na produção, às políticas de assistência técnica e extensão rural.

Segundo Queiroz (2010, p. 31), “durante o período imediatamente posterior ao golpe de 1964, começa, então, a verdadeira montagem de um sistema de crédito capaz de financiar a evolução e a modernização da agricultura brasileira”. Esse capital buscou em Goiás as regiões propícias às práticas agrícolas, com terras férteis e topografia relativamente plana, a exemplo de Goiânia, Anápolis, Ceres, entre outras.

Em 1965, foi implantado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como parte da política de crédito rural que, a partir daí, desenvolveu o processo de modernização agrícola, a

incorporação de maquinários agrícolas e a criação dos complexos agroindustriais. Estevam (2004, p. 163) ainda demonstra o quanto esse sistema de crédito foi crucial para que essa modernização se objetivasse, pois, “o número de tratores aumentou consideravelmente em Goiás a partir de 1970, passando de 5.692 unidades para 33.548 em 1985. No Censo Agropecuário de 1995 atingiu 43.313 unidades no Estado”.

Buscando acelerar a modernização agrícola e aumentar a produtividade, foi criada, a partir da década de 1970, uma série de programas governamentais financiados pelo SNCR. Como o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO), Programa Nacional de Pastagens (PRONAP), Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (PRODEPE) e Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM). Mesmo com caráter nacional, tiveram participação ativa na ocupação de fronteiras agrícolas no Centro-Oeste. Com isso, associada à modernização agrícola, foi ocorrendo a incorporação espacial de outras regiões às áreas de plantio, por meio de outros programas.

Dentre os principais programas governamentais, pode-se destacar o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que teve fortes influências na modernização da agricultura em Goiás. Após a sua criação, a parte norte de Goiás foi incluída no contexto da Amazônia Legal por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o centro-sul foi contemplado com um projeto para as terras do cerrado por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Sobre a criação dessas superintendências, Becker e Egler (2011, 146-148) consideram que:

O primeiro passo na estratégia de regionalização foi dado pelo Ministério do Interior (MINTER) com a institucionalização de macrorregiões. Na segunda metade da década de 1960, seguindo a experiência da SUDENE, o MINTER criou a superintendências regionais – para a Amazônia (SUDAM), para o Centro-Oeste (SUDECO) e para o Sul (SUDESUL). Esta estratégia visava neutralizar as oligarquias regionais através de novos pactos e organizar as bases para a modernização.

A partir da criação das superintendências, concretiza-se o terceiro momento da expansão de fronteiras pelo advento da fronteira agrícola nas áreas de cerrado através do POLOCENTRO, que promoveu pesquisas agrícolas e crédito rural orientado por assistência técnica e agentes financeiros credenciados. As pesquisas foram desenvolvidas, sobretudo, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Segundo Chaveiro e Castilho (2007, p. 9):

Com pesquisas feitas pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, descobriu-se que o processo de Calagem tornaria possível ao solo ácido, uma alta produção agrícola. Em Goiás, essas pesquisas foram feitas na década de 1970, o que propiciou a chegada da fronteira agrícola neste território. Além do mais, extensas áreas do Cerrado são planas, portanto ideais para máquinas modernas de produção agrícola. [...] Aliado à pecuária, também se desenvolve em regiões do Cerrado o agronegócio. Com essa atividade econômica e com a valorização de produtos agropecuários pelo mundo, Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás se inserem na economia nacional e posteriormente internacional.

Como o cerrado então apresentava algumas características impróprias para as práticas agrícolas, como baixa fertilidade dos solos e acidez elevada, as correções aplicadas através desses programas, para solucionar os problemas no campo, são continuidades do desenvolvimento dos pacotes tecnológicos durante o período da Revolução Verde⁴, no qual os produtores rurais passaram a ter acesso à adubação e à calagem.

Sendo assim, o cerrado goiano passou a se transformar cada vez mais num verdadeiro celeiro agrícola, sendo tomado pela expansão da agricultura moderna, por oferecer vastas áreas com relevo aplainado, possibilitando o uso de maquinários e implementos agrícolas, oferecer clima favorável à agricultura e ser rico em recursos hídricos. Tudo isso com a atuação do POLOCENTRO, que teve como orientação principal promover a modernização das atividades agropecuárias na região Centro-Oeste e a Oeste de Minas Gerais. Também se pautou em outras finalidades, como afirma Queiroz (2010, p. 36-37):

Estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente, na dotação de infraestrutura (armazenagem, estradas e energia), pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – através de centros de pesquisas, unidades de pesquisa e campos experimentais) e concessão de linhas de financiamento rural. Paralelo aos trabalhos de pesquisa foram montadas unidades especializadas de assistência técnica, gerenciadas por empresas privadas, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

As conquistas e benefícios promovidos pelo POLOCENTRO estimularam a criação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), idealizado em 1974, com início concreto das atividades em 1978, o qual foi outro programa que teve fortes influências na expansão da agricultura moderna nas áreas de cerrado, onde o Brasil firmou um acordo de cooperação com o Japão, a fim de sanar parte do problema de abastecimento de alimentos japoneses. Segundo Bezerra (2004, p. 15), “os

⁴A Revolução Verde (RV) consistia da intensiva utilização de insumos industriais tais como fertilizantes e agrotóxicos; mecanização, sementes melhoradas geneticamente (híbridas); e tecnologias modernas de plantio, irrigação e colheita. A RV foi importante na diminuição dos Custos de manejo e na diversificação do gerenciamento da produção (PRADO, 2009, p. 20).

agricultores favorecidos foram selecionados por cooperativas credenciadas, tendo por base sua aptidão para desenvolver agricultura em áreas de cerrado, exigindo deles dedicação integral ao empreendimento”.

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) também incentivou o desenvolvimento agrícola, o qual contemplou o norte de Goiás⁵. Os seus recursos destinados ao Estado foram também utilizados para implantação e melhorias de estradas, entre elas a pavimentação da BR 153 (rodovia Belém-Brasília). O PROTERRA, segundo Estevam (2004, p. 154), “previa o assentamento de pequenos produtores; entretanto, a maior parcela de verbas foi destinada a médios e grandes e a distribuição de terras para pequenos foi desprezível”.

Com o intuito de implantar o setor canavieiro no Brasil e em Goiás, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), com grupos de pesquisa credenciados buscando o melhoramento genético das mudas, análise de solos, criação e testes de herbicidas e de controle de pragas. Dessa forma, estava estruturado o setor para que a produção se concentrasse em grandes usinas de açúcar e álcool com condições de cultivar e processar milhares de toneladas de cana-de-açúcar por dia. Logo após o Governo criou o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Para Santos (2008, p. 29), “o Governo Federal organizou o Programa PROÁLCOOL, impulsionado pela crise do petróleo. Ele foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto nº 76.593”. Santos (2008, p. 29) ainda faz menção à importância desse Programa dizendo que “ele surge como justificativa de amenizar o problema energético e reduzir a importação de petróleo pelo Brasil, uma vez que naquele período o mundo vivia o primeiro choque do petróleo”.

Criado, então, como alternativa energética para minimizar o impacto da primeira crise do petróleo, o álcool anidro foi incentivado pelo governo para alimentar motores de explosão, o que motivou a expansão das destilarias pelo território nacional e na microrregião de Ceres. Conforme destaca Ferreira (2016, p. 34):

A microrregião Ceres, leva o nome do município de Ceres, criado no contexto do Projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (a Colônia goiana ficou conhecida por CANG), durante a década de 1940, cujo objetivo principal foi o de atrair agricultores de todas as partes do Brasil para ocupar o interior do país, baseado na doação de lotes e terras para moradia e produção agrícola familiar. Contudo, a partir

⁵“O Estado do Tocantins, criado em obediência à Constituição Federal de 1988, constituído de 79 municípios, foi desmembrado do Estado de Goiás, com uma área de 277.321,9 km² e passou a integrar a Região Norte” (IBGE, 1991, p. 14).

da década de 1970, com a influência do Proálcool, algumas destilarias foram implantadas na região, alterando a estrutura de produção (antes baseada em colônias, depois para a estrutura agroindustrial e mais recentemente para a lógica do agronegócio) e também alterando a sua paisagem regional.

Efetivamente, houve uma mudança significativa nas formas de produção dessa microrregião. Dutra e Silva, Barbalho e Franco (2013, p. 238) exemplificam que:

A expansão das plantações canavieiras na microrregião de Ceres em Goiás é fenômeno recente interessante. A região experimentou um aumento demográfico significativo a partir das décadas de 1940, quando políticas governamentais foram implantadas para garantir a imigração e o povoamento dessa nova área agrícola, que forneceria matérias primas e alimento para abastecer os grandes centros urbanos em expansão no país. Porém, a partir da década de 1980, foi verificado o deslocamento da produção de alimentos para a produção dos biocombustíveis.

Outro fator que impulsionou a produção de álcool combustível e expansão das usinas foi a busca por fontes de energia limpa (renováveis), com intuito de diminuir a emissão de gases de efeito estufa, os quais vêm causando o aquecimento global, além de danos à saúde das pessoas como também à fauna e à flora. A respeito disso, Borges (2008, p.56) menciona que:

A ampliação de indústrias de álcool foi impulsionada pelos acordos internacionais de produção alternativa de fontes de energia em detrimento da crise mundial do petróleo e dos problemas ambientais de aquecimento global. Além de vários recursos destinados à produção de biocombustíveis, o etanol produz menos gases agressivos ao meio ambiente durante sua queima nos veículos automotivos.

Os incentivos governamentais voltados para o Cerrado estimularam diretamente o desenvolvimento agrícola. Com as inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Verde, sobretudo a partir da década de 1960, a atividade agropecuária foi passando por processos que culminaram na modernização agrícola e na expansão do agronegócio e no crescimento das cidades.

2 A CAPITAL NACIONAL DA MELANCIA: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE URUANA-GO

Este capítulo destina-se a apresentar características da formação histórica do município de Uruana, destacando os aspectos físicos, econômicos e sociais, a relação da modernização da agricultura com a expansão do cultivo de melancia, sua importância econômica e o surgimento da festa estadual/nacional da melancia.

2.1 A CRIAÇÃO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE URUANA-GO

O município de Uruana se localiza no Estado de Goiás, na mesorregião do Centro Goiano e microrregião de Ceres (Figura 1). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010, on-line), o município possui uma extensão territorial de 522.506 km², “foi fundad[o] em 1938, no local onde um ano antes foi levantado um cruzeiro, por José Alves de Toledo [...]” (IBGE, s.d.), o fundador da cidade que, no dia 20 de janeiro de 1940, “depois de construir uma ponte sobre o Rio Uru, para facilitar o escoamento da produção, fez doação de alqueires de terras de sua fazenda à Arquidiocese de Goiás para a formação do patrimônio” (IBGE, s.d.). Macêdo (2001, p. 59) destaca que “no contexto da fronteira econômica em Goiás, a cidade de Uruana surge concomitantemente com o avanço da frente pioneira do Mato Grosso Goiano, com uma família oriunda do Estado de Minas Gerais”.

A construção da rodovia federal que fazia ligação com a Colônia Agrícola Nacional de Goiás influenciou o povoamento e exploração das Matas de São Patrício, na região do Mato Grosso Goiano, região na qual estava inserida naquele momento o povoado de Uruana, que também angariou muitos benefícios dessa importante rodovia. Sobre o povoamento dessa região e do povoado de Uruana, Castilho (2012, p. 121) afirma que:

Grande parte das famílias excedentes se fixou no outro lado do Rio das Almas, na sua margem direita. Foi assim que começou a surgir o povoado de Barranca, hoje Rialma. O próprio nome indica a localização e as condições de moradia: próximo ao “barranco” do rio. Uruana e Carmo do Rio Verde também surgiram do excedente de migrantes da CANG.

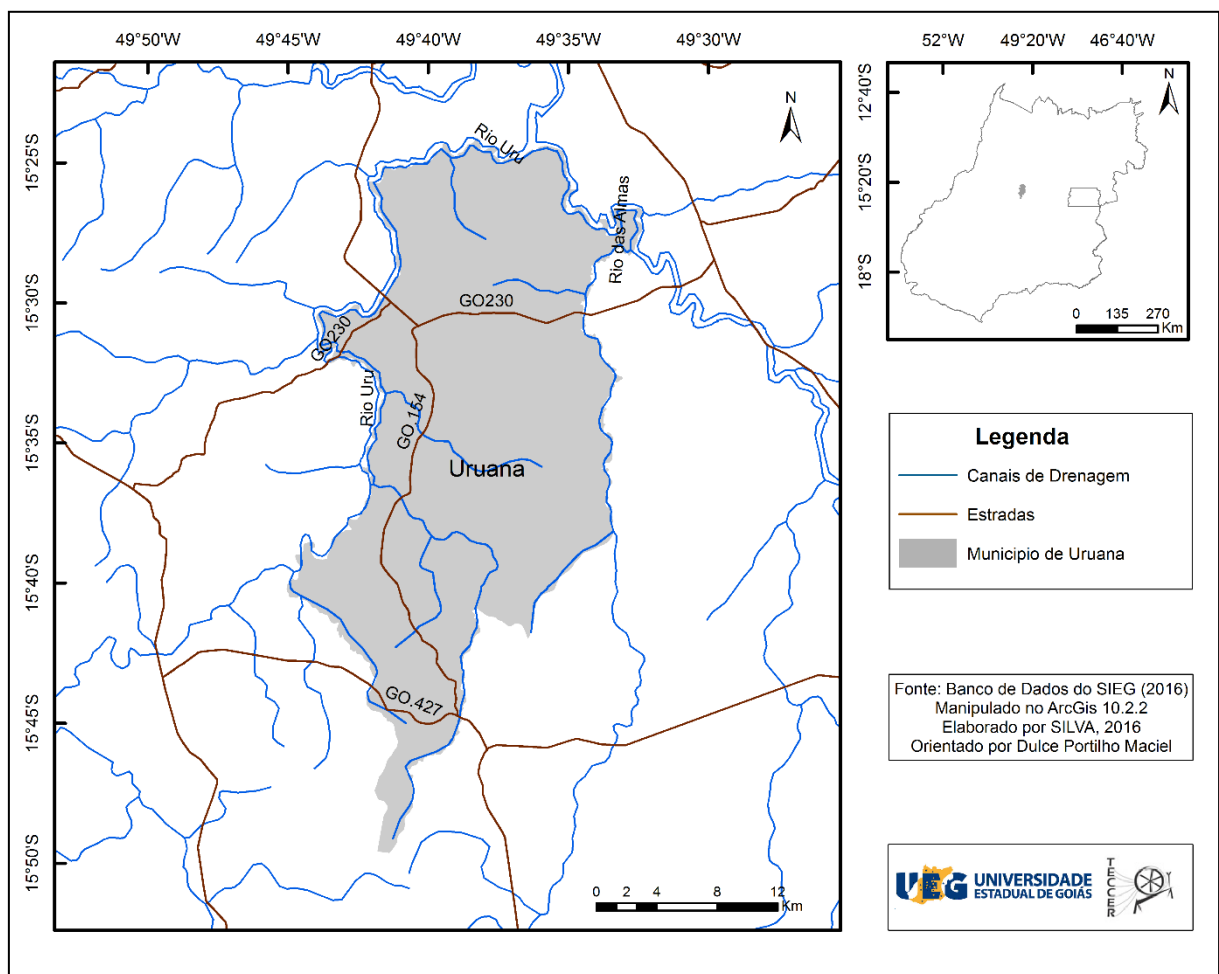
As terras férteis associadas à construção de rodovias, a instalação da CANG, entre outros fatores, culminou no início da ocupação e devastação da região das Matas de São

Patrício, extensão essa que abrangia Uruana. Sobre esse processo, Dutra e Silva, Barbalho e Franco (2013, p. 231) acrescentam que:

A partir das primeiras décadas do século XX, essa região inicia um processo de ocupação, em decorrência da ampliação da ferrovia e de redes rodoviárias que valorizaram áreas próximas ao Mato Grosso de Goiás. Em 1935, a ferrovia chegava a Anápolis, e iniciava-se a construção de Goiânia nessa região florestal. Na década de 1940, na política da Marcha para Oeste, o governo federal instalava uma Colônia Agrícola Nacional na região das Matas de São Patrício, parte norte do Mato Grosso de Goiás. Inicia-se o processo de ocupação e devastação dessa área florestada.

O início da ocupação de Uruana ocorreu no ano de 1938. Os seus atributos físicos contribuíram de forma significativa para o cultivo e produção das culturas de arroz, feijão, milho e na pecuária destacava-se, nesse momento, a criação de bovinos e outros animais de pequeno porte.

Figura 1: Mapa de localização do município de Uruana, Goiás



Fonte: Banco de Dados do SIEG (2016). Elaboração: o autor
Organização: autor (2016)

Em relação ao clima, Macêdo (2001, p. 91) ressalta que “a região de Uruana está submetida a uma zona de estabilidade com tempo muito quente no Verão e ameno no Inverno”. Quanto à vegetação, França (1975, p. 55) alega que:

A cobertura vegetal é constituída pelos dois tipos principais da vegetação em Goiás: a mata e o cerrado. As matas, cobrindo as vertentes e os vales, pertenciam, em grande parte, à categoria de mata de primeira classe, cujos solos são considerados excelentes para o cultivo. Estendiam-se as matas-galerias dos afluentes do Paranaíba e dos vales dos cursos fluviais da parte superior da bacia do Tocantins. Destacava-se a extensa mancha florestal, já conhecida por “Mato Grosso de Goiás”, com área superior a 20.000km², cobrindo partes dos municípios de Goiás, Jaraguá, Meia Ponte e Bonfim. Entre as inúmeras matas que margeiam os rios, salientava a Mata de São Patrício entre outras, nas cabeceiras do Tocantins, nos municípios de Goiás e Jaraguá.

Efetivamente, em 31 de dezembro de 1943, pela Lei Estadual nº 8305, o povoado de Uruana foi elevado à categoria de distrito e obteve sua autonomia político-administrativa através da Lei Estadual nº 132, de 14 de setembro de 1948, que o desmembrou de Jaraguá. Sobre esse processo de transformação, Macedo (2001, p. 59) exemplifica que “a fazenda onde teve início a cidade de Uruana, situada a noroeste de Jaraguá, transformou-se num povoado, cuja fundação deu-se em 1938, após tornar-se distrito, ocorreu a emancipação no ano de 1949”.

Essa trajetória de transformação dos povoados em distritos e posteriormente em municípios foi comum em toda a região do Vale do São Patrício, conforme conceitua Arrais (2016, p. 86):

A colonização oficial – por meio da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que deu origem ao município de Ceres -, a oferta de terras baratas e férteis em toda a região, a ebulição da fronteira – demonstrada pela chegada dos trilhos a Anápolis em 1935 – e a posterior ligação com o norte goiano, por via terrestre, com a construção da BR-153, favoreceram um intenso povoamento por meio da migração e do posterior processo de emancipação municipal. Essa trajetória foi comum em municípios da região, a exemplo de Ceres, Rialma, Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Uruana.

Sobre a hidrografia de Uruana, é importante ressaltar que é banhada pelo Rio Uru (Figura 2) e Rio das Almas, como também por ribeirões e córregos. A propósito, quando tratamos sobre o nome do município, os antigos moradores associam o nome ao Rio Uru e à esposa do fundador da cidade, Dona Ana. Segundo relatos, José Alves Toledo estava passeando de canoa nas águas do rio Uru com a esposa Ana, quando ela o indagou sobre o nome do Rio. Ele respondeu: “é Uru, Ana” e, a partir desse momento, segundo a lenda, surgiu o nome da cidade.

Figura 2 - Rio Uru



Fonte: Acervo Stephanny Lorena Soares (2017)

A organização urbana de Uruana foi delimitada a partir do local em que foi levantado o cruzeiro pelo seu fundador. Nesse local, construiu-se a Igreja Matriz de São Sebastião (Foto 3), que recebeu esse nome em homenagem ao padroeiro da cidade.

Figura 3–Construção da Igreja Matriz de São Sebastião na década de 1950



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Uruana(s/d).

No entorno da Igreja Matriz de São Sebastião, foi construída a primeira praça, as residências, prédios comerciais e públicos. Aos poucos, a cidade de Uruana foi se transformando e essa realidade pode ser tratada efetivamente pela comparação de Santos (2013b, p. 140) quando discorre sobre as cidades dos notáveis e a cidades econômicas:

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

Dessa forma, podemos afirmar que Uruana carrega vestígios de cidades interioranas, caracterizadas por uma Igreja Matriz, uma praça localizada no centro da cidade onde se iniciou seu povoamento e uma avenida principal que corta a cidade (Figura 4 e 5) e que, em Uruana, recebeu o nome de avenida José Alves Toledo, em homenagem ao fundador da cidade. Essa avenida ajuda a contar um pouco a história da cidade, apesar de atualmente nela não existirem mais construções antigas. Desde sua criação, ela abriga os principais pontos comerciais, bancos, rodoviária e a sede do poder executivo e legislativo. Efetivamente, podemos afirmar que o comércio em Uruana possui sua localização privilegiada na parte central da cidade.

Figura 4 - Avenida José Alves Toledo na década de 1960



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Uruana (s/d).

Figura 5 - Avenida José Alves Toledo na década de 2010



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Uruana

Acrescenta-se que Uruana possui uma população de 13.826 pessoas, incluindo a população urbana e rural, sendo considerada, desta forma, uma cidade pequena, conforme definição de Maia (2010, p. 19):

Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos.

Muitos autores divergem sobre o conceito de cidade pequena. Corrêa (2011, p. 6) afirma que “a cidade pequena é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal”. Nesse contexto, o autor deixa claro os efeitos da globalização sobre a cidade e a questão do critério político-administrativo que é adotado no Brasil para justificar a definição de cidade. Corrêa (2004, p. 75-76) ainda aponta quatro caminhos ao longo dos quais a cidade pequena evoluiu:

i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros

distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. [...];

ii – Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos pode mesmo crescer econômica e demograficamente. [...];

iii – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho [...];

iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas.

Além desses quatro caminhos, outros devem ser pensados em função dos critérios que visam definir a cidade e sua população, seja ela urbana ou rural, principal preocupação ao apontar os caminhos é facilitar o entendimento da cidade pequena. Há uma preocupação crescente em estudar o conceito de cidade pequena para, entre outros, esclarecer esse conceito. Conforme afirma Maia (2010, p. 22):

Nos últimos anos, algumas pesquisas, inclusive teses e dissertações, foram realizadas e revelaram a diversidade do que se pode caracterizar como cidades pequenas e médias. O esforço em se superar tais nomenclaturas tem sido realizado, entretanto, ainda não se pode apontar para outra denominação que caminhe para um conceito. Daí a manutenção dos nomes classificatórios.

Vários autores estão contribuindo para a caracterização da cidade pequena e tentando desmistificar o fato de que as cidades pequenas não são cidades. Bacelar (2010, p. 2) destaca que:

Os critérios para delimitação e conceituação do que seria uma cidade não são universais. Alguns estudiosos do urbano estabelecem critérios rigorosos para caracterizar um determinado assentamento humano como cidade e assim relegam cidades menores a um limbo conceitual e até mesmo modificam suas características de conceituação ao afirmarem serem as pequenas cidades, não-cidades.

As cidades pequenas não devem ser desconsideradas como cidades, afinal, sua dinâmica apresenta características dos demais conceitos de cidades média ou grande. Ao estudar Uruana que, segundo a definição de alguns autores, pode ser considerada cidade pequena, é reforçada essa importância de considerar esses aglomerados urbanos como cidades.

Ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, o município de Uruana observou sua paisagem urbana sofrer modificações, principalmente influenciadas pela produção de

melancia e pela onda do êxodo rural que pode ser observada no Brasil. Entre as mudanças, destaca-se na área de infraestrutura e de equipamentos urbanos, o aumento da quantidade de bairros, casas e loteamentos. Conforme a figura 6, também podem ser observados a pavimentação de ruas, implantação de sistemas de saneamento, criação de instituições educacionais, áreas de lazer, hospitais, comércios.

A partir da década de 1980, pequenos proprietários, moradores do município de Uruana, saíram de suas terras na zona rural para arrendá-las aos produtores de melancia e foram morar na área urbana da cidade. A Tabela 01 apresenta a evolução da população no município de Uruana.

Tabela 1- Evolução na população no município de Uruana-GO (1970 -2010)

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1970	6.333	7.853	14.186
1980	6.869	5.227	12.096
1991	9.333	4.333	13.666
1996	11.307	3.519	14.826
2000	10.899	3.043	13.942
2010	11.231	2.595	13.826

Fonte: IBGE. Censos Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, contagem da população 1996

Uruana, como se pode verificar através da Tabela 1, apresentou um crescimento da população urbana em detrimento da população rural a partir da década de 1980. Esse fato também pode ser observado no Estado de Goiás e no Brasil, em decorrência do êxodo rural.

Ao analisar o mapa urbanístico de Uruana, podemos perceber que o crescimento da cidade partiu da região central, com a visualização de certos elementos, tais como: praça, igreja, estabelecimentos comerciais, postos bancários, colégios e escolas. A ampla mudança na paisagem é associada pelos moradores como influência da transformação socioeconômica, proveniente da produção de melancia no município.

2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE URUANA-GO

Nas atividades econômicas de Uruana, destaca-se a agricultura com a produção de melancia, que é desenvolvida por pequenos e grandes produtores e pela agricultura familiar. Apesar de a maior exploração da terra em Uruana estar ligada às plantações de melancia, ao longo do tempo, o município conserva na sua estrutura produtiva o plantio de arroz, feijão e milho, e mais recentemente surgiu a produção de cana-de-açúcar, conforme pode ser observado na tabela 2. A pecuária também está presente na composição econômica do município. Nesse ramo, podemos destacar o gado de corte e de leite. Além disso, o giro da economia abrange o comércio e o setor de serviços.

Tabela 2 - Produtos da lavoura temporária de Uruana: quantidade produzida (toneladas) e área plantada (hectares) 1974-2010⁶

Produtos	1974		1980		1990		2000		2010	
	Área(ha)	Prod. (t)	Área(ha)	Prod. (t)	Área(ha)	Prod. (t)	Área(ha)	Prod. (t)	Área(ha)	Prod. (t)
Abacaxi ⁷	-	10	-	112	200	3.200	50	1.200	-	-
Arroz (em casca)	-	6.480	-	12.636	1.550	960	1.800	3.600	2.000	6.000
Cana de Açúcar	-	586	-	-	-	-	50	2.000	1.500	103.000
Feijão	-	712	-	156	1.200	880	250	530	100	300
Mandioca	-	265	-	280	60	1.200	50	750	300	9.000
Melancia ⁸	-	10	-	2.670	2.220	5.400	2.500	7.500	4.000	160.000
Milho (em grão)	-	2304	-	12.312	3.000	2.480	2.200	7.700	3.200	20.000
Soja	-	-	-	-	-	-	220	396	300	1.000

Fonte: Sidra IBGE.
Organização: autor (2017).

⁶A variável Área plantada só passou a ser informada a partir de 1988.

⁷A quantidade produzida de abacaxi é expressa em mil frutos e o rendimento médio em frutos/ha.

⁸A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos. O rendimento médio passa a ser expresso em Kg/ha. Nos anos anteriores era expresso em frutos/ha.

Na tabela 2, podemos visualizar o crescimento da quantidade produzida de melancia no município de Uruana. Nota-se que, desde a década de 1970, ela já era produzida e que, a partir do ano 2000, houve um crescimento acelerado da produção, destacando o município como o maior produtor do estado de Goiás. Outro produto que merece destaque é a cana-de-açúcar, que também obteve um avanço considerável de produção nessa mesma década.

Na tabela 2 nota-se que produtos como a cana-de-açúcar e a melancia apresentaram um crescimento considerável da quantidade de toneladas produzidas, pode-se associar ao modo ao qual Milton Santos trata da escolha dos produtos para uma determinada região. No caso de Uruana, as condições climáticas, a qualidade das terras e a facilidade do alcance de bens científicos facilitou a escolha. No ponto de vista de Santos (2008, p. 89):

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda e bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transporte e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização.

Além disso, a escolha dos produtos agrícolas para serem inseridos na produção local possui uma grande variação quando tratamos do contexto das cidades maiores e das cidades interioranas. Como caracteriza Santos (2013a, p. 74):

Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios, dentro da aglomeração ou em suas proximidades, com atividades agrícolas frequentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. [...] De outro lado, a produção agrícola realizada no interior dos limites metropolitanos ou urbanos pode ser objeto de um consumo não unicamente local.

Ao tratar de Uruana, o consumo da cana-de-açúcar e da melancia realmente não é unicamente feito pela comunidade local. Esses produtos são exportados para grandes centros, para outros Estados e até mesmo outros países. No caso da melancia, a localização de Uruana contribui para o crescimento e instalação dessa cultura no município e também na região do Vale do São Patrício.

2.3 O USO DA TERRA PELO AGRONEGÓCIO DE MELANCIA

A história do cultivo de melancia no município de Uruana teve início na década de 1960 e foi introduzido pelo engenheiro agrônomo Arcenio da Silveira. A partir de 1970 esse produto agrícola foi ganhando cada vez mais espaço no município e o auge da produção foi o ano 2000 quando o município passou a liderar como um dos maiores produtores do estado de Goiás. Macêdo (2001) explicita seus pressupostos acerca do surgimento da cultura de melancia em Uruana quando diz que:

A cultura da melancia foi introduzida em Uruana, no ano de 1968, através de um engenheiro agrônomo da ACAR– Goiás (atual EMATERe mais recentemente AGENCIA RURAL). A primeira lavoura foi determinante para o prosseguimento na produção. Embora tendo sido cultivada num período de entre - safra das tradicionais culturas da região – arroz, feijão e milho, a melancia obteve excelentes resultados em termos de produtividade. Inicialmente foram colhidas 20 toneladas em um hectare cultivado, o que motivou inúmeros pequenos produtores a investirem nessa cultura. (MACÊDO, 2001, p. 62).

O surgimento da melancia nas terras uruanenses impulsionou a ocorrência de mudanças no cenário socioeconômico do município, em função da geração de empregos, aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). A inserção de novas tecnologias na produção agrícola resultou, deste modo, na nova atividade que futuramente movimentaria a economia do município. Conforme já explicitado, o clima e a qualidade do solo foram fundamentais para o sucesso e popularização dessa cultura agrícola em Uruana. Sobre esses fatores Macêdo (2001) alega que:

Em 1978, a média da produção foi de aproximadamente 24 mil toneladas, numa área plantada de 800 ha, sendo que os produtores eram em número de 300. Oriunda de Americana (Estado de São Paulo), a melancia cultivada em Uruana tornou-se um grande negócio para pequenos, médios e grandes produtores, na medida em que houve uma compatibilidade desta cultura com o meio natural propício. Os solos férteis, arenosos (teor de areia > 55%) e bem drenados de Uruana, além do clima favorável (com duas estações bem definidas, seca e chuvosa), contribuíram em grande parte para a excelente qualidade que o produto apresenta.

Assim que houve a implantação da cultura de melancia, muitos imigrantes, principalmente paulistas, chegaram em Uruana com o intuito de explorar as terras férteis que o município dispunha. Em síntese, Macêdo (2001, p. 122) afirma que “é importante situar a manifestação dos paulistas em Uruana, pelo fato da sua importância na organização da região produtiva desenvolvida com ênfase neste município”. A partir da chegada dos paulistas e de imigrantes de outros estados, houve um crescimento considerável na produção de melancia, o

que pôde ser notado quando em 2010 Uruana liderou o ranking dos maiores produtores de melancia do Estado (tabela 3) e também se destacou entre os maiores produtores da fruta no país.

Tabela 3- Principais municípios produtores de melancia - 2010

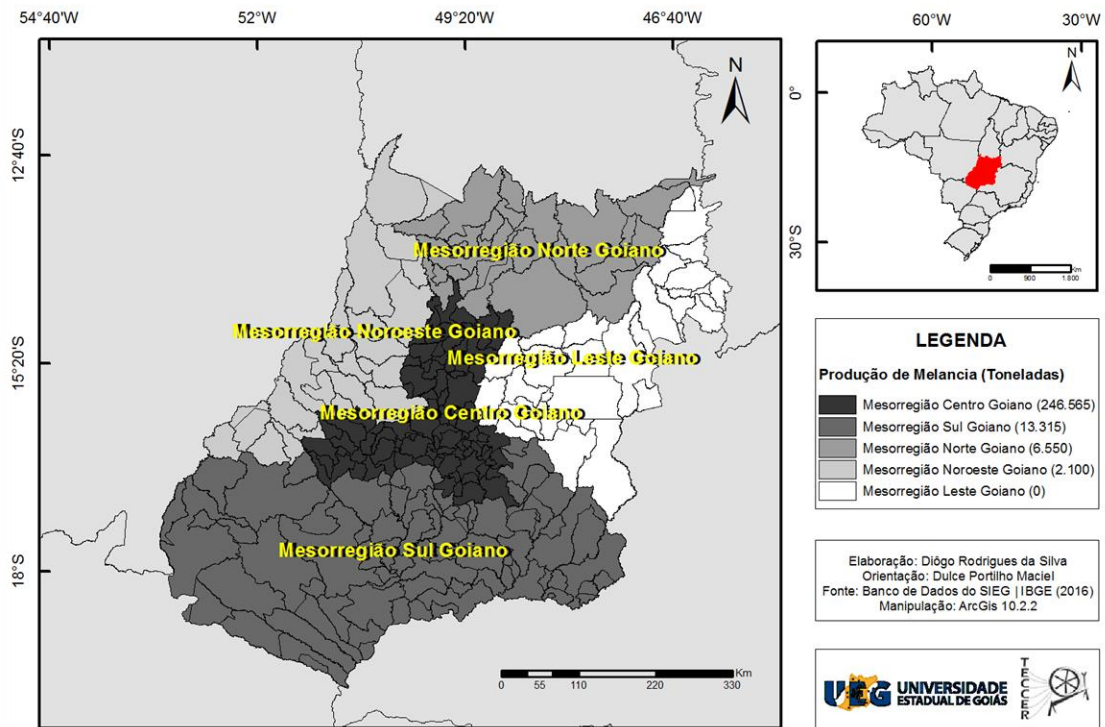
Ranking	Município	Produção (t)	Participação (%)
-	Estado de Goiás	268.530	-
1	Uruana	160.000	59,58
2	Jaraguá	20.800	7,75
3	Itapuranga	17.800	6,63
4	Carmo do Rio Verde	15.000	5,59
5	Itaberaí	9.000	3,35
6	Itapaci	7.800	2,90
7	Rio Verde	7.200	2,68
8	Nova Glória	4.500	1,68
9	Ipiranga de Goiás	3.750	1,40
10	Morrinhos	3.500	1,30
11	Rianópolis	2.625	0,98
12	Heitoraí	2.250	0,84
13	Formoso	1.500	0,56
13	Porangatu	1.500	0,56
13	Pontalina	1.500	0,56
13	Minaçu	1.500	0,56
13	São Miguel do Araguaia	1.500	0,56
18	Itaguari	1.440	0,54
19	Trombas	1.250	0,47
20	Montividiu do Norte	800	0,30

Fonte: Sidra IBGE/SEGPLAN-GO/IMB
Organização: autor (2017).

A alta produção de melancia em Uruana, o seu destaque como maior produtor do estado e a alta produção atingida na época, fez surgir no ano de 1978 a festa estadual da melancia, e o seu destaque entre os maiores produtores de melancia do país fez com que surgisse em 1993 a festa nacional, Macêdo (2001, p. 31) nos fala sobre a importância ocorrência desse evento, “A festa da Melancia é um evento estadual que ocorre todos os anos, desde o ano de 1978, quando a safra atingiu 24.000t cultivadas em 800ha. Juntamente com a festa estadual ocorre desde 1993, a festa nacional”. Ainda hoje o estado de Goiás produz uma

quantidade significativa de melancia, a produção está presente principalmente na mesorregião do centro Goiano (figura 7), onde está localizado Uruana.

Figura 7—Mapa da Produção de melancia no estado de Goiás por mesorregião - 2010



Fonte: Banco de Dados do SIEG.
 Elaboração: o autor (2016).

Ainda na década de 1990, como reflexo de maior produtor de melancia do estado e do país, Uruana recebeu o título de “Capital Nacional da Melancia” (figura 8).

Figura 8 - Monumento na entrada da cidade de Uruana representando a Capital da Melancia



Fonte: Acervo Stephanny Lorena Soares (2017)

Sobre a festa nacional da melancia Coutinho e Silva (1999, p. 26) acrescentam que:

Em 1992 foi solicitado pelo prefeito municipal Génesio Pereira da Silva e [pela] EMATER-GO ao Sr. Ministro da Agricultura e Reforma Agrária Lázaro Ferreira Barbosa, a inclusão no calendário de eventos nacionais [a] primeira festa nacional da melancia. A oficialização ocorreu com base nas 20.000 assinaturas colhidas dos turistas de vários Estados brasileiros na 15ª Festa Estadual da Melancia. [Assim] Uruana realizou, no ano de 1993 a 16ª Festa Estadual e a 1ª Nacional da Melancia.

Ao tratar dos propósitos da realização da festa, o principal destaque foi a questão econômica: a festa ocorre no mês de setembro e possui duração de quatro dias, o período de realização culmina com o fim da safra de melancia no município e é promovida pela prefeitura e produtores de melancia locais com o objetivo de comemorar o sucesso da produção. Macêdo complementa que:

No âmbito de sua invenção, foi uma forma de “divulgar a região” ou o seu conteúdo mais importante, qual seja, o seu principal produto de exportação que necessitaria de uma ampliação de mercado e de produção, dadas as possibilidades existentes para isso. (MACÊDO, 2001, p. 30).

Sobre as particularidades da festa da Melancia, Macedo destaca que além das características econômicas também traz traços de festas populares. Segundo a autora:

A Festa da Melancia, apesar de ser uma festa com objetivos voltados para o econômico, atualmente apresenta características de festas populares e aparece como uma manifestação que não é somente econômica, pelo fato de envolver, além da população local, elementos regionais e nacionais, como por exemplo, artistas conhecidos nacionalmente, bandas musicais regionais e, ainda, turistas e produtos de vários Estados Brasileiros. (MACÊDO, 2002, p. 47).

Desde a década de 1990 em Uruana, além da produção, armazenagem e transporte, a melancia passou a ser exportada para países do Mercosul. A Argentina foi o primeiro país a receber a fruta, que por questões de exigências sanitárias cessou a exportação por um longo período de tempo, mas na década de 2000 começou a receber a melancia uruanense novamente.

Em 1997/1998 a produção passa a ser exportada para Argentina; sendo que por exigência Sanitária, por complicações quanto ao uso de agrotóxicos, no período de 1999 a 2005 há a suspensão dessa exportação [...] somente em 2006 Uruana passa a ser habilitada a exportar para Argentina novamente” (CARVALHO, 2013, p.33, 34).

No ano de 2017 foi realizada a primeira festa internacional da melancia (figura 9), mas essa realização não está associada à exportação para a Argentina, o principal foco da transformação em festa internacional explica-se pela de abertura de novos mercados internacionais, e neste ano a festa também contou com palestrantes internacionais que trouxeram um pouco da experiência de cultivo de melancia em outros países.

Figura 9 - Cartaz da primeira Festa Internacional da Melancia - 2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Uruana (2017)

Na festa da melancia, seja ela estadual, nacional ou internacional são apresentadas muitas atrações para entreter o público, durante a realização da festa vemos muitos turistas vindos de outros municípios de Goiás e até mesmo de outros estados. No roteiro do último dia da festa ocorre o tradicional desfile que busca apresentar ao público presente as nuances por trás da produção da melancia. São apresentadas a rainha e princesas da festa, carros alegóricos destacando a cidade e a cultura da melancia. O desfile percorre toda a avenida principal da cidade, que leva o nome de seu fundador. É comum ainda que produtores

de melancia desçam a avenida José Alves Toledo apresentando as máquinas utilizadas na produção da melancia. Apesar de ser muito esperado pela população local e pelos turistas, o desfile abarca pouco a questão do trabalhador da melancia e seu papel na economia da cidade.

O desenvolvimento econômico de Uruana foi estruturado com base no agronegócio⁹ da melancia, o que causou grandes impactos socioambientais em decorrência do avanço da agricultura moderna sobre a região, principalmente no bioma cerrado. Esse fato é típico da expansão do agronegócio conforme destaca Calaça (2014, p. 2):

Com a territorialização do capital e a expansão do agronegócio, o Cerrado goiano não é mais o mesmo. As atividades do agronegócio fundamentadas nos princípios do lucro, da concentração da produção, da terra e da riqueza, transformaram o Cerrado na principal área de produção de commodities, do Brasil. O Cerrado ganha novas cores e novos sabores. Transformam-se as paisagens, implementam-se as ideias do “novo” como a única opção capaz de produzir riqueza e qualidade de vida, desqualifica-se o outro, como diferente, atrasado e inadequado à lógica mercadológica dominante.

Ao nos depararmos com essa realidade, fica subentendido que são necessárias mudanças ou medidas alternativas, estruturadas em uma base sustentável e que sejam sistematicamente incorporadas ao atual modelo de desenvolvimento econômico.

Uruana passou a ser a cidade do agronegócio de melancia e foi submetida a uma política de reorganização da produção do espaço urbano a fim de receber a grande quantidade de pessoas que vieram de várias regiões do Brasil com o intuito de investir nessa cultura agrícola. Assim como a população da zona rural que fornece sua força de trabalho na lavoura de melancia, o que gerou aumento populacional e, ao mesmo tempo transformação na cadeia produtiva. Haesbaert (2017, p. 81) afirma que:

O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas “natural” e “social”, pode ser interpretado tanto como “rugosidades” “ou constrangimentos”, que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas.

Ao tratar das transformações socioeconômicas é importante destacar que praticamente todos os trabalhadores da melancia se deslocaram da zona rural para habitar a cidade e que os

⁹O agronegócio, bastante próximo do que se convencionou tratar como Complexo Agroindustrial (CAI), abarca o conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos até o produto final. Nesse sentido, e tal como reconhecido pela ampla literatura sobre o tema, o agronegócio congrega as ações de produção, distribuição de suprimentos agrícolas, operações de produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento e distribuição de produtos, envolvendo, portanto, as empresas que produzem, processam, comercializam e distribuem produtos agropecuários, agrofloretais e agroindustriais (GARLIPP, 2003, p. 5).

mesmos tiveram sua força de trabalho escamoteada por grandes produtores com regime de trabalho informal, o que é fato comum nas pequenas cidades submetidas a economia agrícola, conforme caracteriza Bernardelli (2006, p.238):

as pequenas cidades, nessa área de economia agrícola, desempenham papéis urbanos bastante restritos, tendo em vista predominar entre seus habitantes segmentos que possuem renda familiar baixa, o que possibilita somente um consumo básico, destinado a permitir a reprodução da força de trabalho predominantemente ocupada no campo (safristas, diaristas, que trabalham na agricultura, e trabalhadores da agroindústria).

Em razão das atividades agrícolas baseadas na produção de melancia, o processo de ocupação do cerrado em Uruana vem causando gradativamente a diminuição da biodiversidade e a escassez dos recursos hídricos. Essa diminuição significa uma perda irreparável de espécies animais, vegetais e também pode acarretar problemas nocivos ao homem. Nesse sentido, ao analisar a escala que a agricultura tecnificada atingiu, o desenvolvimento sustentável no município de Uruana se torna um grande desafio. Por outro lado, as adoções de práticas sustentáveis, como técnicas agrícolas alternativas, podem surtir efeitos e propiciar ganhos ambientais, econômicos e sociais.

3 HOMENS DA MELANCIA: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS EM URUANA-GO.

Neste capítulo far-se-á a análise das condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho empregada no cultivo da melancia, da relação trabalho *versus* capital e do contexto do trabalho rural na lavoura de melancia. Ocorreu ainda uma discussão sobre o conceito e o uso das técnicas da história oral de vida, utilizando essa técnica foi desenvolvida a investigação de experiências de trabalhadores da melancia. Posteriormente será apresentado a história de dois homens trabalhadores da melancia para uma análise minuciosa de seu cotidiano e suas vivências frente ao agronegócio de melancia.

3.1 CAPITAL, TRABALHO E EXPLORAÇÃO: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES RURAIS NA PRODUÇÃO DE MELANCIA.

O antagonismo entre o capital e o trabalho constituem um importante temática a ser pesquisada e entendida quando tratamos de estudos sobre as relações de trabalho. A partir desse contexto se faz necessário compreender os paradigmas da modernização agrícola, principalmente em relação à produção de melancia, no município de Uruana/GO. Afinal o capitalismo globalizado além de produzir o trabalho como valor de troca¹⁰, também agrava as condições de vida e de trabalho no campo e na cidade, isto é, intensifica os índices de precarização do trabalho e expõe os trabalhadores a diversos riscos. Sobre o domínio do trabalhador pelo capital, Marx (2004, p. 39) ressalta:

Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

A propósito da implantação da agricultura capitalista moderna em Goiás, além da produção de impactos sociais e ambientais criados a partir da ocupação do bioma cerrado, esta também provocou alterações nas relações de trabalho no campo. Sobre tais mudanças, Oliveira (2007, p. 9) alega que:

100 valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço (Marx, 2014, p. 58).

Uma variante dessa concepção teórica clássica, em face da constatação empírica da forte presença na agricultura capitalista de pequenos produtores familiares camponeses, procurou desenvolver um princípio através do qual esses camponeses ficam reduzidos a um mero assalariado. Foi assim que apareceu a tese da sujeição formal do trabalho ao capital (campesinato) em contraposição à tese da sujeição real do trabalho ao capital.

De fato, o trabalho rudimentar nesse momento começou a ceder espaço para a mecanização, o avanço da agricultura capitalista moderna ocupou territórios antes dominado pelos pequenos produtores e camponeses dos quais poucos conseguiram resistir a tal avanço. Houve uma reestruturação das relações de produção, maquinários dotados de inovações tecnológicas começaram a contribuir para o desenvolvimento da agricultura moderna, o que ocasionou a expropriação e expulsão camponesa e familiar. Sobre as mudanças das relações de trabalho Estevam (2004, p. 176) conceitua que:

A modificação nas relações de trabalho provocou nítida diferenciação social no campo, mesclando elementos da organização anterior com elementos da ordem moderna. O processo, em que relações trabalhistas foram sofrendo significativas alterações, consolidou-se nos anos de 1970 e 1980 em Goiás. Os antigos cultivadores de “terras de cultura” – meeiros e posseiros – foram transformados em diaristas em grandes empreendimentos de “terras do cerrado”. O principal elemento de tensão e ruptura foi a alteração da condição de acesso à terra. O agregado, de produtor de alimentos tornara-se meeiro do proprietário – notadamente a partir de 1940 – ainda com acesso a terras boas e com relativa autonomia.

Considerando a expropriação e expulsão camponesa e familiar ocorrida no Brasil e em Goiás, notamos que Uruana também seguiu os rumos desse movimento, o que foi constatado a partir da aplicação do roteiro de entrevista com vinte trabalhadores da melancia. Notou-se que a partir da década de 1970, de forma gradativa, foi ocorrendo uma intensa migração dos moradores do campo para a cidade, o que pode ser constatado através da visualização da tabela 1. Esse deslocamento foi comum em todo o país, uma vez que a modernização agrícola não deixava outra opção aos pequenos produtores.

Acrescenta-se que a maioria dos indivíduos que se deslocaram do campo para a cidade, pela falta de oportunidades no passado, possuíam pouca formação educacional, o que contribuiu de forma expressiva para seu retorno para o campo, mas dessa vez seguindo um movimento pendular, no qual possuíam residência na cidade e se deslocavam para o campo todos os dias com a função específica de vender sua força de trabalho para os produtores de lavouras temporárias e para atividades relacionadas à pecuária. O trabalho assalariado, temporário, sujeito a condições precárias de moradia e de exploração por parte do empregador

ganhou força nesse período compreendido a partir da década de 1970 em todo território nacional. Sobre esse momento no Estado de Goiás, Xavier (2013, p. 70) afirma que:

Em síntese, é possível afirmar que a estrutura agrária altamente concentradora favoreceu a exploração da força de trabalho a partir de relações extremamente precárias e, ademais disto, que esta estrutura propiciou processos de modernização altamente deletérios aos trabalhadores, repercutindo em processos violentos de ocupação das terras e de extração de mais-valia. Um estudo do território goiano é emblemático neste sentido, permitindo, inclusive, a compreensão de fenômenos em curso, quais sejam, o recente interesse de outros países por terras em Goiás e o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão em atividades agrícolas, como a cultura da cana e da soja.

Efetivamente a expulsão dos camponeses e a desarticulação da agricultura familiar proporcionou mudanças na dinâmica local do município de Uruana. A produção de grãos antes desenvolvida na região foi sendo substituída pelo agronegócio de melancia, inserindo o município na nova divisão internacional do trabalho, com foco no capitalismo comercial. Xavier (2013, p. 107) alega que “é fundamental considerar que o processo de maior integração da economia goiana às demais economias tem como fulcro a sua inserção na divisão internacional do trabalho. Ou seja, de participação econômica no sistema global consoante os imperativos da produção de valor”.

Além disso, a inserção do agronegócio de melancia no município de Uruana-GO de fato colocou o município nos trilhos do capital globalizado, o que somado a divisão internacional do trabalho fez emergir novas formas de trabalhadores principalmente na cidade. Sobre a criação de novos tipos de serviço frente a expansão da economia, Oliveira (1977, p. 70) destaca:

É evidente que a expansão da economia brasileira traz, em seu bojo, mudanças na divisão do trabalho entre as diversas regiões que compõem o País, além do que esse processo global envolve, ao nível de cada região, uma outra diferenciação social do trabalho (crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação as primárias, substituição de atividades artesanais por fabris, criação de novos tipos de serviços).

Em relação às alterações nas formas de trabalho com a inserção do agronegócio Bezerra (2016, p. 32) ainda complementa que:

Historicamente, relacionamos o trabalho ao momento da produção, da transformação da matéria, dos conflitos entre trabalho e capital produtivo. Ou seja, comumente, os estudos abordam as mudanças nas relações de trabalho a partir da chegada de grupos empresariais que atuam na produção seja industrial ou do agronegócio etc.

A propósito encontramos em Marx diversas definições de trabalho, entre elas a comparação do homem com a natureza, o trabalho outrora ancorado no capitalismo. Sobre o trabalho numa ótica social baseada na relação homem-natureza ele aborda:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo lhes forma útil à vida humana (MARX, 2014 p. 211).

Apesar de no passado o trabalho delinear a apropriação da natureza pelo homem, houve mudanças. Atualmente com o modo capitalista de produção o trabalho proporciona diversas teias de produção e reprodução do capital. Sobre o capitalismo e sua interferência no processo de trabalho Laudares (2006, p. 99) destaca que:

Com a industrialização nasce o capitalismo a consagrar a dialética, trabalho e capital. A perda da autonomia do trabalhador, dos seus meios de produção, do planejamento e do processo de trabalho, o subjugam aos domínios do capitalista com o seu tipo de estruturação laboral. Exemplo típico das novas condições de trabalho e de vida foi definido pelo fordismo, que fez do trabalhador um consumidor e regulou, pelos assistentes sociais, seus hábitos e procedimentos sociais no espaço externo da fábrica.

As relações de trabalho no agronegócio de melancia desde a chegada da fruta no município de Uruana têm apresentado traços do modo capitalista. Podemos citar como exemplo o pagamento recebido pelos trabalhadores, que é resultado de sua produção, seja no plantio, na manutenção da lavoura ou na colheita, quanto maior a produção, mais eles recebem.

Nesse sentido Marx compara o trabalhador como propriedade do capitalista, com traços de aluguel da sua força de trabalho para extração da mercadoria e que no final recebem apenas um valor irrisório fruto do seu valor de uso:

[...] o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia – pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, é o possuidor da força de trabalho dá, de fato apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho (MARX, 2004, pp. 39-40).

O trabalho e a força de trabalho alugada pelo capitalista conforme explicitado passa a ter um valor de uso e valor de troca enquanto o trabalhador nesse momento passa a ser reduzido apenas a uma simples mercadoria. Na opinião de Martins (2013, p. 37):

A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalista. O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si.: num deles temos a produção de mercadorias e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa.

O capitalista toma para si a mais-valia, e o fluxo segue pautado na sequência do aumento da jornada de trabalho, que em consequência provoca um crescimento da mais-valia e também da produção. Sobre a produção da mais-valia Marx (1985, p. 138) complementa que:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 1996, p. 138).

No momento em que o capitalista adquire a força de trabalho do trabalhador da melancia, ele começa a lucrar na forma de apropriação da mais-valia, o que justifica o trabalho desenvolvido sem intervalos. Conforme os relatos dos trabalhadores desta pesquisa, o produtor reduz até mesmo as pausas para o período de refeições. Na figura 10 observa-se um momento raro no dia a dia do trabalhador do agronegócio de melancia:

Figura 10 - Trabalhador descansando após concluir o carregamento de melancia



Fonte: autor (2017).

O registro torna-se importante uma vez que configura um momento raro no cotidiano desses indivíduos que vendem sua força de trabalho a produção de melancia. Durante o desenvolvimento desta atividade anterior ao descanso, o peão precisa pegar por vez duas frutas de aproximadamente 15 quilos, uma em cada mão e lançá-la ao cargueiro que está em cima do caminhão. Nesse contexto, o registro acima pode ser comparado a uma dramaturgia social, ao qual a fotografia se faz necessário para eternizar esse momento incomum. Sobre a necessidade da fotografia ou imagem Martins (2014, p. 43), expõe seus pressupostos:

Há uma dramaturgia social que torna a fotografia, a imagem, necessária. A fotografia reforça a necessidade de representar. Nas fotografias, as pessoas fazem supor. Ao mesmo tempo, a fotografia se propõe como apontamento da memória, e não como memória, como lembrete do que se perdeu no cotidiano, na banalização, na secundarização de certos acontecidos, e não se quis perder.

A ausência de luta dos trabalhadores em prol de cobrar do Estado melhores condições de trabalho, faz o Estado caminhar ao lado do capital e criar leis que beneficiam cada vez mais os capitalistas. Deste modo, o fluxo de precarização do trabalho e do aumento da mais-

valia é mantido para os capitalistas, ao passo que o proletário, sujeito às condições impostas pelo agronegócio de melancia permanece explorado e sob o controle da burguesia. Sobre as condições do modo de produção capitalista Bezerra (2016, p. 19) esclarece que:

A dinâmica dos grupos sociais e da ação dos sujeitos, no contexto do modo de produção capitalista, deve considerar a ação social no seu sentido mais amplo ao levar em conta os processos constitutivos dos sujeitos (sua relação espaço-tempo, as formas de metabolismo com a natureza na qual o trabalho exerce centralidade e a interação indivíduo e sociedade), sua organização (leitura da divisão social e territorial do trabalho e a organização política), suas subjetividades (debate sobre a identidade e as diferentes formas de representação social), o peso da ideologia e o potencial dos sujeitos na transformação do mundo.

Dessa forma, o fato dessa exploração e controle do capital sobre o trabalhador do agronegócio de melancia que justifica a sujeição as migrações forçadas, a aceitação da precarização do trabalho, e a exposição a riscos diários de acidentes de trabalho.

As narrativas colhidas a partir das entrevistas com os trabalhadores da melancia, permitiu visualizar o quanto o trabalho no agronegócio de melancia é precário e degradante. As trajetórias dos trabalhadores da melancia contribuem para entendermos sua realidade. Em sua maioria são originários do campo e com pouca escolaridade, assim com a inexistência de outras atividades no município ficam sujeitos a uma das únicas disponível. Tais fatores somados têm contribuído para a precarização do trabalho nesse modelo de agronegócio.

3.2 HISTÓRIA ORAL DE VIDA: CONCEITO E POSSIBILIDADES.

Estudar as experiências e memórias é fundamental para conhecer o cotidiano dos trabalhadores da melancia do município de Uruana diante da modernização agrícola ocorrida a partir da década de 1970. Também para entender como esses indivíduos reconhecem suas formas de trabalho, afinal, conforme observou Santos (2014, p. 160): “[...] O homem que trabalha no campo, seja o servo da gleba, seja o boia-fria vivendo na cidade, reconhece sem dificuldade o seu laço direto com a propriedade e o proprietário numa relação de trabalho desigual”. Além desse aspecto é importante também conseguir extrair desses trabalhadores os seus planos, caso sejam eles pautados numa mudança de realidade, que se relacionaria com o abandono da sua relação com o agronegócio de melancia.

A compreensão da realidade dos trabalhadores da melancia, ancora-se na metodologia de história oral de vida, uma vez que para conhecer esses indivíduos e suas relações de trabalho nas lavouras de melancia espalhadas pelo território do município em questão, faz se

necessário conhecer como é o seu dia a dia, como era o trabalho na lavoura de melancia antes do impacto ocasionado pela modernização agrícola, como é a relação trabalhador e empregado e conhecer como é o cotidiano desse trabalhador junto a família.

Acrescenta-se que o desenvolvimento desta etapa da pesquisa foi pautado na história oral, a popularização dessa metodologia ocorreu a partir da década de 1970, conforme afirma Alberti (2013, p. 26):

A difusão da história oral no início da década de 1970, nos (e a partir dos) Estados Unidos e Europa, resultou na implantação de vários programas de história oral, bem como de inúmeras pesquisas que dela se valeram como método de investigação. Foi no contexto desse movimento que começaram a ser feitas as primeiras entrevistas no Programa de História Oral do Cpdoc, implantado em 1975.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado em 1973¹¹ e juntamente com a Fundação Getúlio Vargas nasceu com o intuito de desenvolver pesquisas que colaborassem com o conhecimento da história do nosso país. Sobre a criação do primeiro programa de história oral com o aporte da FGV e o CPDOC, Joutard (2006, p. 47) explicita seus pressupostos quando diz que: “na América Latina observa-se o mesmo desenvolvimento nas duas áreas de história política e antropologia. Em 1975 criou-se na Fundação Getúlio Vargas o primeiro programa de história oral destinado a colher depoimentos dos líderes políticos desde 1920 [...]”. Ao decorrer do tempo, essa metodologia foi ganhando força e adeptos e desde a criação do CPDOC surgiu no Brasil o movimento da história oral que culminou na fundação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Quando tratamos da popularização da história oral, Alberti (2013, p. 28) afirma que:

A partir dos anos 1990, o chamado “movimento da história oral” ampliou-se significativamente, tanto no Brasil como no exterior. Em abril de 1994, foi fundada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), por ocasião do II Encontro Nacional de História Oral. Desde então a comunidade de pesquisadores e interessados no assunto só fez crescer, impulsionada pelos encontros regionais e nacionais (ALBERTI, 2013, p. 28).

Os congressos e encontros promovidos pela Associação Brasileira de História Oral alavancaram de maneira significativa a história oral no Brasil, fazendo com que essa

11O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação, pós-graduação e extensão. (REGIMENTO INTERNO FGV/CPDOC, 2013, p. 4)

metodologia se popularizasse, tanto que outras ciências passaram a utilizá-la como âncora em pesquisas acadêmicas e também em projetos com outras finalidades que ultrapassam os muros da academia. A partir desse momento, foi possível observar que essa metodologia alcançou um nível multidisciplinar. Conforme destaca Alberti (2000, p. 2):

Atualmente, a história oral é uma metodologia claramente multidisciplinar, praticada por historiadores, antropólogos, sociólogos, folcloristas, cientistas políticos, educadores e psicólogos, entre outros. Ela se presta a interesses acadêmicos, pedagógicos, arquivísticos e terapêuticos. Há diversas correntes e modos de abordagem e possibilidades diferenciadas de objetos de estudo. No Brasil e no mundo, os praticantes da história oral se encontram em congressos periódicos, publicam artigos em revistas especializadas e reúnem-se em torno de associações (em 1994, foi fundada a Associação Brasileira de História Oral e, em 1996, a Associação Internacional de História Oral).

Apesar do caráter multidisciplinar alcançado pela história oral, há ainda por parte dos pesquisadores preconceito acerca da relação história oral com a disciplina história, os mesmos sentem que há uma relação entre as mesmas, e que essa metodologia pode ocasionar uma perda de identidade frente a sua ciência de origem. Meihy e Holanda (2015, p. 64) exemplificam que:

Mesmo nos espaços das academias, o enquadramento na condição de “historiadores orais” tem provocado estranhamentos causados a tantos outros intelectuais, como sociólogos, antropólogos, psicólogos, jornalistas, etnólogos, geógrafos, que, ao trabalhar com pressupostos da história oral, sentem-se constrangidos diante da dependência pouco explicitada em sua relação com a disciplina História (MEIHY & HOLANDA, 2015, p. 64).

A propósito desse fato, a história oral em vez de provocar perdas, surgiu e se popularizou como ferramenta que contribui com o problema da falta de fontes que os pesquisadores de diferentes ciências podem encontrar ao longo de suas pesquisas. Podemos afirmar que um geógrafo não se tornará um historiador apenas por utilizar essa metodologia em sua pesquisa. Isso se torna mais perceptível ao apresentar os caminhos da pesquisa em história oral, o porquê de utilizar essa metodologia e qual sua importância na construção de narrativas e descobertas sobre diferentes atores sociais. Para alcançar essa visão - que a mesma é inovadora - precisamos compreender o seu significado. Meihy e Holanda caracteriza que a “[...] história oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato” (2015, p. 18).

Foi pautado nesse aspecto que essa pesquisa sobre os trabalhadores da melancia do município de Uruana foi desenvolvida. Os passos exemplificados foram seguidos e a primeira ação antes do início dessa trajetória de investigação acadêmica foi a elaboração do projeto, que na história oral, conforme abordado por Meihy e Holanda (2015), é primordial para alcançar o sucesso da pesquisa. Na opinião das autoras:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição dos locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY & HOLANDA, 2015, p. 15).

O projeto que deu início a pesquisa com os trabalhadores da melancia foi construído de maneira exploratória, baseado nos pilares a serem seguidos por essa metodologia inovadora. Primeiro realizou-se um panorama de forma empírica sobre o cotidiano desses indivíduos a serem pesquisados, verificou-se a possibilidade de colher esses depoimentos e a disponibilidade dos narradores e do pesquisador. Na construção dessa etapa houve um primeiro contato com esses trabalhadores e através de conversas informais foi traçada uma visão ampla da realidade a ser pesquisada e dos indivíduos que são os atores centrais desse estudo.

Mais adiante foi definido a quantidade de indivíduos que seriam entrevistados, a faixa etária dos mesmos e sua função na lavoura de melancia. Fizemos a opção por recolher as entrevistas de vinte indivíduos, de faixa etária variada, porém priorizando quem tinha mais tempo de trabalho na melancia, fossem eles peões ou cargueiros¹².

A referida pesquisa foi pautada na utilização da história oral por diversos motivos, sendo o primeiro deles o fato de que os trabalhadores da melancia do município de Uruana ainda não tinham nenhuma investigação feita acerca do seu cotidiano, nesse aspecto a metodologia utilizada poderia contribuir de forma mais palpável, pois conforme define Alberti (2013, p. 22) “O importante é não esquecer que a contribuição da história oral é sempre maior naquelas áreas pouco estudadas da vida social em que predominam zonas de obscuridade, seja no estudo das elites, seja das grandes massas”. O segundo motivo pensado foi o intuito de dar ouvidos a quem nunca tinha sido escutado, compreender os sentimentos e

¹² Na linguagem dos produtores os peões são os colhedores dos frutos na lavoura e os cargueiros são os que empilham ou acondicionam os frutos sobre o caminhão (MACEDO, 2001, p. 203).

realidades desses trabalhadores. Nesse momento também foi definida a utilização de outro gênero que compõe a história oral, a “história oral de vida”, essa escolha justificou-se “porque as histórias de vidas são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala” (MEIHY & HOLANDA, 2015, p. 35). Essa definição reflete o que foi pensando no momento da elaboração do roteiro de entrevista que foi aplicado aos trabalhadores da melancia.

Apesar de a história oral possuir expressividade e vários gêneros que podem ser utilizados em diferentes pesquisas, Meihy e Holanda (2015, p. 33) contextualizam que “basicamente, há três gêneros distintos em história oral: 1) história oral de vida; 2) história oral temática; 3) tradição oral”. Diante dos gêneros apresentados, o que melhor propiciaria alcançar os objetivos desejados com o desenvolvimento deste estudo era a história oral de vida. Sobre sua aceitação acadêmica Meihy e Holanda (2015, p. 37-38):

Por uma ou outra via, contudo, tem-se um leque de aceitação enorme, que tanto permite aos leitores de literatura como aos estudiosos da área de humanidades e mesmo ciências clínicas se aproximarem das histórias de vida. Nessa direção, o acréscimo de “oral” às histórias de vida é um ganho permitido pela junção da aparelhagem eletrônica com os procedimentos que se enfeixam nos critérios da investigação em história oral.

A criação do roteiro de entrevista, utilizando esse gênero da história oral se justifica porque conforme definição de Pereira (2000, p. 118): “a história de vida, por sua vez, é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. É um trabalho coletivo de um narrador-sujeito e de um intérprete”. Para realizar essa intermediação foi preciso construir um roteiro que permitisse a interlocução e levasse um aprofundamento a respeito do cotidiano do trabalhador da melancia.

Após a construção do projeto, de uma observação inicial da possibilidade do desenvolvimento do mesmo e da construção do roteiro de entrevistas, ambos foram submetidos ao comitê de ética e pesquisa da Universidade Estadual de Goiás. Uma vez que estávamos trabalhando com pessoas essa etapa fazia-se obrigatória. Houve então, a partir desse momento, uma análise da pesquisa pelo comitê, e o mesmo entendeu que a pesquisa era relevante e seguia os requisitos obrigatórios para o seu prosseguimento. Logo após a aprovação da pesquisa no comitê, iniciou-se os primeiros contatos com os sujeitos a serem entrevistados. A escolha do primeiro entrevistado ocorreu de maneira espontânea baseado na experiência e na grande expressividade e prestígio que esse sujeito tinha junto aos outros trabalhadores, essa escolha foi pensada inicialmente para que esse primeiro entrevistado

contribuísse com a formação da rede de contatos dentre os trabalhadores. Essa construção da rede de entrevistados é um dos passos mais importantes quando desenvolvemos estudos com a utilização da história oral. Meihy e Holanda (2015, p. 54) destacam que:

A origem da rede é sempre o ponto zero, e essa entrevista deve orientar a formação das demais redes. A indicação de continuidade das redes preferencialmente deve ser derivada da entrevista anterior. Assim, em cada entrevista o colaborador deve indicar alguém que comporá a rede. A vantagem dessa estratégia é que por ela monta-se a rede de acordo com o argumento dos entrevistados e não dos diretores do projeto. Com isso, se fortalece a razão do grupo.

Essa estratégia de escolha de um primeiro indivíduo conhecedor do trabalho da melancia em todas as funções e também com prestígio e amizade com diversos trabalhadores foi de grande valia para o prosseguimento das entrevistas e, conseqüentemente, da pesquisa. Ao final de cada entrevista o narrador-sujeito indicava dois outros trabalhadores da melancia. Nesse momento de indicação não houve nenhuma interferência do pesquisador, o que enriqueceu a pesquisa pelo fato de oferecer diferentes histórias, uma vez que foram indicados trabalhadores de diferentes idades e com diferentes funções no labor da melancia. Diante das entrevistas foi fácil visualizar o que torna a história oral diferente, afinal conforme aborda Portelli (1997, p. 31):

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. [...].

Na busca de proporcionar aos trabalhadores um momento de reflexão do seu cotidiano e posteriormente provocá-los a lembrar o passado, o pesquisador realizava a entrega do roteiro de entrevistas alguns dias antes de efetivamente ocorrer a entrevista, de modo que o trabalhador ou mesmo um membro de sua família pudesse fazer a leitura dos direcionamentos proposto no roteiro de entrevista, evitando que o sujeito tivesse surpresas no momento da gravação da entrevista, tendo tempo para articular e repensar o seu passado de lida nas lavouras de melancia.

No momento de abordagem do trabalhador indicado na entrevista anterior, priorizou-se ressaltar que o sujeito seria submetido a uma entrevista, o termo depoimento em momento algum foi usado, pois conforme aborda Meihy e Holanda (2015, p. 20):

[...] Jamais se deve usar o termo “depoimento”, que carrega uma forte conotação “policialesca”, jurídica, ou, no caso brasileiro, diretamente ligado aos termos usados durante a ditadura militar para fundamentar os inquéritos. Porque se reafirma o caráter democrático da história oral, não é justo confundir entrevista com depoimento.

Os trabalhadores da melancia durante todas as entrevistas obtiveram liberdade para expor tudo o que pensavam e haviam passado durante sua trajetória enquanto trabalhadores nesse modelo de agronegócio. De forma igualitária, foram respeitados a opinião e sentimentos dos trabalhadores, assegurando os pilares e objetos da história oral que busca, principalmente dar voz aos excluídos e silenciados da sociedade. Conforme destaca François (2006, p. 4):

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada (FRANÇOIS, 2006, p. 4).

As histórias de vida desses trabalhadores se cruzam com a narrativa de outras categorias de trabalhadores que carregam características do cotidiano da força de trabalho empregada na melancia. Um grupo muito investigado pela história oral é o de trabalhadores boias-frias, que desempenham seus trabalhos no agronegócio canavieiro. A história oral nessa pesquisa floresceu a partir da carência de documentos que trouxessem a narrativa do cotidiano dos trabalhadores da melancia. Desde sua aceitabilidade na academia, a história oral tem contribuído para narrar fatos ainda desconhecidos. Conforme destaca Meihy e Holanda (2015, p.37):

Independente do gênero narrativo encetado pela autocontemplação, vale assinalar que apenas no alvorecer do século XX, por iniciativa do par W. O. Thomas e F. Znaniecki, na Escola de Sociologia de Chicago, a prática acadêmica incorporou as histórias de vida como documentos de respeitabilidade acadêmica. A justificação, porém, era vazada nos pressupostos de que a população imigrante polonesa a ser estudada era carente de documentos.

A utilização do roteiro de entrevistas, ancorado pela história oral de vida, proporcionou uma leitura e vivência do passado e do presente, nesse sentido contribuiu para compreender as mudanças ocorridas no campo e o impacto através da inovação e tecnologia empregadas a partir da modernização agrícola no agronegócio de melancia. Entender os processos históricos sociais em âmbito local e regional reflete um dos pilares da história oral. Conforme aborda Lozano (2006, p. 16):

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (LOZANO, 2006, p. 16).

No relato dos colaboradores da pesquisa, a modernização da agricultura provocou em Uruana a redução do emprego em determinadas funções, principalmente no período de entressafra. Fato que possui influência direta nas migrações de trabalhadores da melancia para outros estados, um destaque para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo. Santos (2014, p. 60) trata essas migrações como forçadas e ressalta que:

[...] Mas as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São frequentemente, também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais. “Boias-frias” fixo em cidades e vilas próximas às zonas produtoras, e “boias-frias” que vêm de longe, quando as safras reclamam mão-de-obra suplementar, são as vítimas mais evidentes desse processo. (SANTOS, 2014, p. 60).

Ao tratar dos direitos dos cidadãos que participam desse processo migratório a exploração da força de trabalho se mostrou nítida, quando todos os entrevistados que afirmaram atuar em outros estados relataram que a jornada fora do município de origem é árdua, extensa e desgastante. Além de trabalharem em média doze horas por dia, os trabalhadores ainda são obrigados a dividir alojamentos com outros trabalhadores da melancia. Essa migração e exploração aplicada pelo capitalista em detrimento do trabalhador da melancia é vista por Martins (2013, p. 204) como sendo a redenção do capitalismo:

Esse deslocamento da ideia de que a riqueza não é produto do trabalho explorado do trabalhador, mas resulta do trabalho e das privações do próprio patrão, na origem do seu capital, consagra e justifica para o trabalhador a sua exploração por outra classe. Em outras palavras, essa concepção legitima a exploração do proletariado pela burguesia, constituindo-se numa espécie de redenção original do capitalismo.

De fato, essa exploração caracteriza a força da burguesia sobre o proletariado que destaca-se com um dos pilares do capitalismo. Apesar do relato preocupante é preciso lembrar que conforme destaca Alberti (2000, p. 5), o relato de vida não é a única possibilidade:

Ao trabalhar com história oral, é sempre bom ter em mente que o relato de vida é apenas uma entre muitas possibilidades. O relato de vida costuma ser a apresentação oficial de si, que varia conforme o “mercado” no qual é oferecido – na família,

geralmente, o que rege é a confiança; na esfera pública, o relato costuma ser mais formal. Ou seja, em um trabalho de história oral, a biografia, a trajetória individual, não é coisa dada, mas construída à medida mesmo em que é feita a entrevista. Se a pessoa tem o costume de refletir sobre sua vida, provavelmente já tem uma espécie de sentido cristalizado para alguns acontecimentos e percursos e pode preferir relatar esses, em vez de outros. Isso não quer dizer que aquele sentido seja falso ou não tenha relação com a realidade. É preciso ter claro, contudo, que ele não é a única possibilidade.

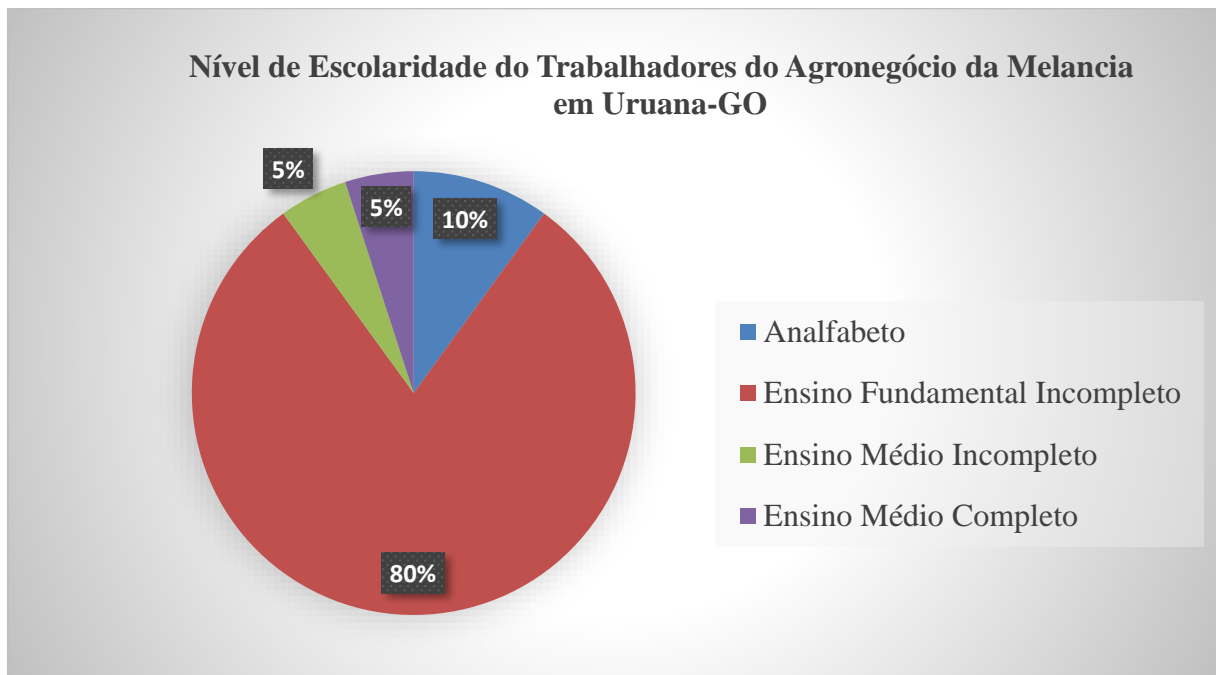
Os relatos dos trabalhadores da melancia foram obtidos através da captura e gravação de áudio, posteriormente os mesmos foram transcritos¹³. Através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecidos os termos, os indivíduos autorizaram a divulgação de suas vozes, opiniões, e permitiram também ser identificados na pesquisa por uso de seus nomes. Os roteiros de entrevistas entregue aos trabalhadores tinha como foco principal abstrair desses colaboradores as características do processo de produção, organização do trabalho, cotidiano, e a trajetória individual de trabalho no agronegócio de melancia. A idade dos entrevistados variou de 21 a 59 anos. Sobre as formas de apresentação dos relatos Alberti (2013, p. 29) alega que:

É por isso que na história oral há sempre casos e casos. Dependendo do projeto e dos objetivos do trabalho, pode ser conveniente a realização de entrevistas que acompanhem a trajetória de vida dos informantes, ou, ao contrário, concentrar as atenções em apenas um período específico de suas vidas. Dependendo do entrevistado, do andamento da entrevista e também dos objetivos da pesquisa, pode-se dar mais ênfase a questões de interesse factual ou informativo, ou a questões de cunho interpretativo, que exijam do depoente um trabalho de reflexão crítica sobre o passado. É possível ainda optar entre diferentes formas de apresentação do depoimento, desde a gravação, passando pela transcrição fiel com as alterações exigidas pela forma escrita, até a edição da entrevista com vistas a sua publicação (ALBERTI, 2013, p. 29).

Foi possível através dos relatos perceber que os colaboradores da pesquisa foram inseridos no agronegócio de melancia muito precocemente, isso ocorreu principalmente pela falta de oportunidade de estudar conforme mostra o gráfico 1, por ser uma das únicas oportunidades de trabalho que a cidade oferecia naquela ocasião e ainda na visão deles, essa seria a profissão mais rentável financeiramente.

13A transcrição em história oral (após a transcrição e a textualização) transforma o que foi falado em escrita, como sugere Caldas (2001). Procura-se recriar a atmosfera da entrevista, indicando as sensações provocadas pelo contato e fugindo da reprodução, palavra por palavra do que foi dito.

Gráfico 1 – Nível de Escolaridade dos trabalhadores pesquisados do Agronegócio da Melancia



Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, referente a 20 trabalhadores entrevistados
Organização: o autor (2018)

O nível de escolaridade relatado pelos colaboradores e apresentado no Gráfico 1 demonstra a falta de oportunidades da busca por qualificação frente à trajetória desses indivíduos. Preocupados em contribuir com o sustento da família, a maioria dos entrevistados relataram ter deixado a escola muito cedo, enquanto outros nem ao menos a frequentaram. Muitos justificam que essa falta de oportunidade os sujeitou a ficarem presos no agronegócio de melancia. Reis (2017) ao falar dos cortadores de cana, traz elementos que conjugam sobre os trabalhadores do agronegócio de melancia, que é o fato da associação entre masculinidade e o sustento da família:

Entretanto, o uso exclusivo da categoria trabalhador tende a subsumir elementos que se entrecruzam nas relações sociais. Classe, etnia e gênero devem ser levados em consideração, compreendidos como categorias históricas. Os cortadores de cana são, em maioria, homens pobres e negros. A construção patriarcal da masculinidade coloca sobre os homens a responsabilidade do sustento da família. O que faz com que vencer a safra tenha um significado mais profundo do que simplesmente cumprir todo o período de trabalho [...]. (REIS, 2017, pp. 86-87).

No agronegócio de melancia ainda prevalece o trabalho informal. Dos vinte colaboradores entrevistados, apenas um possui carteira assinada. É importante destacar que para essa pesquisa foram selecionados trabalhadores que compõem as diversas etapas da

produção de melancia, entre elas o plantio, a manutenção da lavoura e a colheita do fruto. Graziano da Silva (1981, p. 116) denomina esses trabalhadores como sendo assalariados temporários:

Esses vários tipos de trabalhadores – o colono, o pequeno parceiro, o pequeno arrendatário, o safrista e outras denominações regionais são, por maior ou menor período do ano, assalariados temporários. Todos eles, entretanto, têm ainda uma relação especial com a terra: apesar desta já ser mercadoria e ser usada para produzir mercadorias, ela ainda constitui o seu laboratório natural de trabalho”, uma vez que daí se extrai parte da subsistência da família. E é porque a terra é insuficiente para garantir a sua reprodução (não como força de trabalho, mas como produtor) ou ainda porque está submetido a obrigações contratuais, que ele se assalaria, mas sempre temporariamente. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 116).

Essas experiências do cotidiano dos trabalhadores da melancia, apesar de terem sido individuais, se tornam coletivas uma vez que as histórias sempre se cruzam e revelam o quanto é árduo o dia a dia desse grupo de trabalhadores e o quanto eles são discriminados socialmente. Corroborando para pensar em uma mudança dos paradigmas de vida social desses trabalhadores, conforme aborda Martins (2012, p. 51):

O interesse sociológico pela vida cotidiana tem resultado diretamente do refluxo das esperanças da humanidade num mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade. Parece simples, mas é assim mesmo que a progressiva constituição da vida cotidiana como objeto de conhecimento da sociologia tem sido justificada.

Apesar do trabalho na melancia ser uma das únicas oportunidades que sobrou para esses indivíduos, em sua maioria com pouca escolaridade, eles carregam de vestígios de luta em ter seus trabalhos reconhecidos pela população, uma vez que a economia da cidade gira em torno do agronegócio de melancia e eles são atores sociais que possuem uma grande contribuição na cadeia produtiva frutícola da cidade de Uruana e no crescimento da economia nacional.

Após uma análise minuciosa de diversos elementos colhidos durante a pesquisa optou-se pela utilização da linguagem informal para narrar as histórias de vida desses indivíduos, isso explica a utilização dos vícios de linguagem constante na linguagem falada. Com essa ação buscou-se dar mais essência às narrativas, para que os leitores tenham contato com a forma de falar dos narradores e enfim, conhecer o sotaque goiano dos trabalhadores da melancia. Esse procedimento poderá ser notado nas narrativas que seguem logo abaixo. Foram utilizados no texto elementos recriados com a autorização dos colaboradores visando apenas demonstrar os gestos, emoções e silêncios. Na escrita das narrações optou-se por

proporcionar uma narrativa de fácil leitura e compreensão das condições de vida e trabalho no agronegócio de melancia.

3.3 “O DESEJO É APOSENTAR E DESCANSAR”: A TRAJETÓRIA DE RAFAEL NO AGRONEGÓCIO DE MELANCIA

Era uma tarde de domingo do mês de março do ano de dois mil e dezoito, fui ao encontro de Rafael que havia sido indicado por um colega de trabalho entrevistado anteriormente. Ao chegar e chamar pelo seu nome no portão, fui convidado a entrar e encaminhado por ele para a sala. A casa possuía um aspecto simples, com cômodos de poucos metros quadrados e sua localização era em um bairro afastado do centro da cidade. Por ser uma tarde de domingo, a família de Rafael estava reunida na sala e como eles já sabiam o motivo da minha visita - uma vez que anteriormente eu havia entregue o roteiro da entrevista - logo sua esposa e filho deixaram aquele espaço.

Em seguida fui convidado a me sentar em um dos dois sofás presentes na sala. Rafael falou que, com a ajuda da esposa, tinha feito a leitura dos questionamentos presentes no roteiro de entrevista. Dessa forma, disse que, logo que meus equipamentos - no caso o notebook ao qual usei para captar o som da entrevista - estivessem prontos, eu poderia começar. Nesse momento notei pelo seu gesto que o mesmo havia enxergado a entrevista como algo prazeroso, e de fato importante, uma vez que ele nunca tinha sido entrevistado por qualquer pessoa para falar do seu trabalho, o qual, mais a frente, notei que ele tinha muito orgulho de desenvolver.

Rafael é goiano, tem cinquenta anos e nasceu em Anápolis onde começou a trabalhar com quinze anos em outras funções no campo. No ano de mil novecentos e oitenta e quatro com dezesseis anos mudou com a família para Uruana. Ao chegar em Uruana teve o seu primeiro contato com o trabalho na melancia que, naquela época, segundo Rafael, dentre os tipos de trabalho oferecidos na cidade, trabalhar na melancia era o mais compensador em termos financeiros. O fato de ter abandonado a escola muito cedo, onde cursou apenas até a terceira série do ensino fundamental, não o permitiu escolher um trabalho menos desgastante. Não lhe restou outra escolha a não ser ir para a melancia.

No início ele ajudou a plantar, carregar dentro da propriedade do patrão, amontoando as melancias, o que era comum no passado, mas hoje, de acordo com seu relato, os próprios apanhadores pegam a melancia na rama e caminhavam rumo ao caminhão. Mais uma vez, por ser mais rentável o trabalho do carregamento, ele foi deixando de lado o trabalho no plantio.

Ainda hoje ele trabalha no carregamento, é o chamado cargueiro, que ajuda a pegar as melancias do chão e jogar para outro companheiro de trabalho em cima do caminhão, outras vezes o cargueiro ajuda a organizar a carga do caminhão para posteriormente colocar a lona que vai cobrir a melancia em cima do caminhão, ajudando a manter a qualidade do fruto e fazer com que esse não se deteriore durante o trajeto para outros estados ou países. A Figura 11 demonstra a atuação de um cargueiro.

Figura 11 - Peões e cargueiros durante o carregamento de caminhão de melancia.



Fonte: autor (2017)

O cargueiro sempre ganhou uma diária de valor maior na hora do pagamento e foi isso que o atraiu para desenvolver essa função no agronegócio de melancia. Com uma expressão de alívio, Rafael contou que tem três filhos: um homem, o caçula; duas filhas mulheres e que “graças a Deus” seus filhos estudaram até finalizar o ensino médio. Disse que se sentia aliviado pelo filho não ter escolhido trabalhar na melancia, um serviço pesado que desgasta muito o trabalhador e segundo ele causa exaustão ao final do dia. Aliás, ressaltou que apesar de o filho não trabalhar no plantio ou carregamento de melancia, o mesmo trabalhava em uma

loja de revenda de produtos agrícolas, onde há a comercialização de adubos e fertilizantes para as lavouras de melancia.

Apesar de seu filho ter tido a sorte de se livrar do trabalho árduo da melancia, Rafael informou que tem um sobrinho dele que não teve a mesma sorte do filho, que entre estudar e trabalhar, ele escolheu trabalhar no carregamento de melancia também.

Quando questionado sobre a facilidade de encontrar emprego na melancia e se o emprego perdurava o ano todo Rafael alegou que:

Ah, depende, “né”? Se você for viajar, é fácil. Se não for, não é fácil, não. No caso, além de você trabalhar aqui, “pra” você ficar empregado o ano inteiro você tem que viajar “pra” outros estados. Ah, nós “trabalha” o ano inteiro, nós tem carteira assinada. Ai na hora que começa a safra, o patrão já “liga” “pra” nós. (Rafael, 50 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

A propósito os trabalhadores da melancia, em sua maioria, principalmente os cargueiros e os que ajudam na colheita da fruta, sempre viajam para outros estados no período da entressafra da melancia. Essa migração dos trabalhadores é comum principalmente entre os jovens, solteiros e que não possuem filhos. Rafael contou que no passado ficava até três meses longe de casa, trabalhando no agronegócio da melancia nos estados de Mato Grosso, Tocantins, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas que agora, como está perto de aposentar, e como os filhos tomaram seus rumos na vida, casaram, ele não vê necessidade de sofrer tanto ficando longe da família por esse longo período de tempo. A riqueza de detalhes que a narrativa de Rafael construiu ajuda a dar sentido aos acontecimentos, o que é um dos pilares da história oral conforme destaca Alberti (2004, p. 77):

O trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um dos principais alicerces é a narrativa. [...] Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido.

É importante ressaltar que Rafael trabalha na melancia de carteira assinada, de todos os trabalhadores da melancia entrevistados ele é o único que possui esse benefício. Os demais trabalhadores, os que ajudam a formar a terra para o plantio, plantar e irrigar, trabalham por regime de diária, ganham por dia trabalhado e os cargueiros e carregadores ganham por caminhão carregado ou carga feita. Rafael contou que antes de ter a carteira assinada ganhava em média R\$ 150,00 por carga que ele fazia, e que entende que o patrão assinou a carteira

dele não por bondade, mas por ter medo de algum acidente de trabalho e contou um episódio que talvez influenciou o registro de sua carteira de trabalho:

[...] Se acontecer alguma coisa comigo na roça, tipo algum acidente, se isso acontecer e ele não tiver registrado minha carteira, vai dá problema pra ele. [...] Tenho carteira assinada desde quando aqueles “menino” morreu na carga aí, em dois mil e dois (2002). Naquele tempo muitos patrão registrou a carteira do pessoal da melancia, ficaram tudo com medo. Foi tipo um alerta pra eles. (Rafael, 50 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

O acidente ao qual ele se refere, era de jovens trabalhadores da melancia, que ao sair da roça de melancia, conseguiram carona em um caminhão de pisos de porcelana que ia rumo a Uruana. No meio do trajeto houve uma colisão frontal entre o caminhão o qual eles estavam e outro. Com o impacto pisos foram lançados sobre eles, e os dois foram mortos decapitados acidentalmente e vários outros trabalhadores ficaram feridos. Esse fato causou muito impacto entre os trabalhadores, patrões e a população em geral. Na época ocorreu uma intensa investigação sobre a questão do transporte dos trabalhadores até a lavoura de melancia. Muitos produtores adquiriram veículos como Kombi e ônibus para transportar os trabalhadores. Mas logo o acontecimento caiu no esquecimento, e ainda hoje os trabalhadores são transportados em condições precárias e correndo riscos de acidentes, conforme pode ser observado na figura 12 que traz trabalhadores voltando para casa ao terminar de carregar um caminhão.

Figura 12 - Transporte dos trabalhadores da melancia.



Fonte: Acervo Welton Roberto de Melo (2018).

Assim que concluiu o relato das questões do risco no trabalho, Rafael pediu licença e foi até o quarto, logo voltou com a carteira de trabalho, ao mostrá-la ele demonstrava uma expressão de desânimo. Com a carteira de trabalho em mãos, foi logo dizendo que a carteira de trabalho era realmente para livrar o patrão dos riscos do trabalho que a lida na melancia trazia, e que apesar dele ganhar um salário maior, que variava mensalmente entre R\$ 1.800,00 e R\$ 2.000,00 reais, na carteira o patrão colocava apenas um salário mínimo que na época era R\$ 954,00. Ficou subtendido que o patrão com aquele ato, estava tentando livrar dos encargos trabalhistas que o salário real recebido pelo trabalhador poderia lhe trazer.

Sobre o pagamento, ele relatou que trabalhou para muitos produtores de melancia, desses alguns faziam o pagamento assim que terminava o serviço de carregamento do caminhão, às vezes o patrão mesmo, outras vezes o gerente, mas o seu atual patrão faz o pagamento no escritório. O escritório fica na própria casa do patrão, e é nesse mesmo lugar que ele e seus companheiros vão todos os dias de manhã para esperar os caminhões passarem para levá-los para as lavouras de melancia. Macedo em sua pesquisa sobre Uruana e sua dinâmica espacial recente havia notado esse fato e destacou que:

Aspectos comuns encontrados são o grande número de pessoas que todas as manhãs, aguardam em frente às Agências de Carga, ou das casas dos patrões, para a jornada de trabalho. Trabalho esse, que “não exige” contrato de trabalho na maior parte dos casos. As Agências de Carga são os pontos normais de negociação dos preços das cargas e da contratação de “peões e cargueiros” (MACÊDO, 2001, p. 203).

A maioria dos produtores não oferecem refeição para os trabalhadores, destaque para o café da manhã e o lanche, que quase nunca são oferecidos. Dependendo da atividade desempenhada na lavoura, o trabalhador recebe do patrão o almoço. Diante da escassez de alimento, eles então levam uma mochila para o local de trabalho.

A gente leva uma mochila. [...] aquilo lá é roupa, “pra” trocar de roupa, “né”? “Pra” não entrar dentro do caminhão sujo. Aí leva uma bolacha, um bolo “pra” comer, um lanche, uma garrafa de café “né”? Quando der fome... porque na roça não dá pra “comer”. [...] Tem que levar comida “né”? A Maioria dos “produtor” não dá comida (Rafael, 50 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Ele ainda acrescenta que quando está em Uruana carrega no máximo dois caminhões por dia, trabalhando apenas no período matutino, o que soma no máximo umas cinco horas de trabalho por dia. Quando estão a serviço em outros estados, eles ganham muito mais dinheiro, mas o trabalho é árduo e ficam mais tempo na lavoura de melancia. A Figura 13 mostra os

trabalhadores após concluir o carregamento de um caminhão de melancia em uma lavoura na região de Uruana.

Figura 13 - Trabalhadores após concluir o carregamento de melancia no caminhão.



Fonte. autor (2018).

Assim que questionei Rafael sobre a sua média de trabalho por dia ele argumentou:

Aqui em Uruana é seis (6) horas, “né”? Mas quando você viaja “pra” outro estado é mais. Dia todo, “né”? [...] das seis da manhã (06:00) às duas da tarde (14:00). Quando estamos ai pra fora a gente só almoça e começa a trabalhar de novo. [...] E não tem horário de almoço não, cada dia e um horário, varia muito (Rafael, 50 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Após demonstrar o quanto é difícil o dia a dia do trabalhador da melancia em Uruana e principalmente quando migram temporariamente para outros estados, questionei Rafael se algum dia ele pretende deixar a melancia e trabalhar em outra área.

Quero ficar na melancia só mais dois “ano”, vou largar a melancia e aposentar. [...] Pretendo trabalhar mais não. Ah, vou ficar só quieto, “né”? Comendo e bebendo.[...] “Tá” com trinta e quatro (34) “ano”que estou na melancia trabalhando todo dia.

Quero é descansar (Rafael, 50 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Assim que falou do seu desejo de aposentar, o indaguei sobre ele ter alguma filiação a sindicatos ou cooperativas, instituições que lutam pelos seus direitos e dos seus colegas de trabalho. Rapidamente ele afirmou que não era filiado a nada e que tinha convicção que por sua carteira estar assinada logo ele aposentava.

Depois dessa afirmação, Rafael ainda contou que como trabalha como cargueiro, não recebe nenhuma ferramenta de trabalho, uma vez que ele utiliza os braços, mas que no passado, quando iniciou na melancia e ajudava no preparo da terra e no plantio da melancia, recebia ferramentas como enxada e às vezes uma garrafa térmica para colocar água e ir tomando durante o trabalho, outras vezes era preciso levar a ferramenta de casa mesmo.

Além disso, disse considerar que houve muitas mudanças na produção de melancia nas últimas décadas. Com sua experiência de trinta e quatro anos trabalhando na melancia Rafael é um grande conhecedor das mudanças ocorridas. Demonstrando o impacto da modernização da agricultura no agronegócio de melancia, ele complementou que:

O plantio, antigamente, o povo fazia na “cova” um “buraquinho” e plantava, “né”? Hoje a maioria é tudo na máquina, trator. [...]Era diferente. Antigamente era no monte, “né”? Hoje é bem diferente. Cada um (1) leva duas (2) e leva no caminhão e já joga “pra” cima.[...] No caso até o plantio era mais difícil... plantava à mão, mesmo, mais manual, e eu não viajava nessa época, produzia mais melancia aqui em Uruana, tinha mais emprego, nem precisava sair “pra” outra cidade (Rafael, 50 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Nota-se as ocorrências na forma de trabalho com impacto da modernização agrícola, e que Rafael considera que o fato de ele ter que viajar para outros estados está relacionado à diminuição do emprego que foi causado pela inserção das inovações do campo, principalmente máquina. Destaca o trator.

No final da conversa, Rafael começou a falar sobre a importância dos seus trinta e quatro anos trabalhando na melancia. Com muita simplicidade, ele afirmou que apesar do trabalho árduo e com um salário não tão bom comparado às outras profissões destacou que só possui casa própria graças ao seu trabalho na melancia, e que a melancia o ajudou a criar os filhos, e que eles pudessem estudar. Mas destacou também que, além das “coisas boas” que o trabalho na melancia lhe proporcionou, tem “as coisas ruins” também. Apontando para seu pescoço ele falou que de tanto carregar melancia ultimamente ele tem sofrido dores na coluna. E com um sorriso meio contido estampado no rosto destacou que essa dor é sinal que ele precisa aposentar logo.

Contou sobre o quanto ele já trabalhou na melancia e que isso não o fez ficar rico, mas permitiu que ele conseguisse levar uma vida boa, que antigamente ele trabalhava todos os dias da semana, até mesmo nos finais de semana e feriados, mas que hoje o domingo é sagrado, ele tira esse dia para ficar em casa descansando e visitar os familiares.

Apesar do trabalho na melancia como cargueiro não ter sido o que Rafael sonhou para sua vida, a história oral de vida permitiu enxergar que esse indivíduo possui orgulho das conquistas que a melancia trouxe para a sua vida e de sua família. Por questões de necessidade e o fato de estar sujeito a uma das únicas formas de trabalhos que a região oferece, ele às vezes aceita ser submetido a exploração da sua força de trabalho pelo capital frutícola, talvez por medo do desemprego outrora, por resistência e orgulho de ter um trabalho árduo, porém muito digno, o que ficou muito claro na sua narrativa.

3.4 “NO ÍNICIO, A COLHEITA ERA UM SACRIFÍCIO DANADO”: O COTIDIANO DE SEBASTIÃO FRENTE A MODERNIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO DE MELANCIA

Sebastião é um dentre tantos uruanenses que garantem seu sustento por meio do trabalho na melancia. Ele trabalha no preparo da terra e ajuda nos cuidados com a fruta antes da colheita. Em termos gerais, seu cotidiano não se difere dos demais trabalhadores da melancia da região de Uruana.

A entrevista de Sebastião insere-se no contexto de outras narrativas ouvidas no trabalho de mestrado que pautou na história oral de vida para a construção das narrativas, buscando revelar o cotidiano dos trabalhadores da melancia, do município de Uruana, no Estado de Goiás.

Fui recebido na casa de Sebastião numa tarde de março de 2018. Dias antes havia entregue o roteiro com as questões norteadoras da entrevista para que ele pudesse revisar. Com sua voz mansa ele me mandou entrar e logo fiquei encantado com seu entusiasmo com a ideia de ser entrevistado. Conversamos por quase uma hora e ao finalizar a entrevista fiquei com uma grande certeza que narraria nesta pesquisa sua história especial e admirável.

Sebastião é de origem humilde, nasceu no município de Ceres-GO, começou a trabalhar muito cedo, aos treze anos já ajudava os pais no sustento da família, desenvolvendo seu trabalho em lavouras de arroz e milho. No ano de 1973 veio com sua família para o município de Uruana-GO, a migração para o município tinha como foco principal trabalhar no agronegócio de melancia. Aos dezesseis anos começou a ajudar no preparo da terra, todos os dias ia para a lavoura com seus pais e irmãos mais novos.

Acrescenta-se ao fato de ele trabalhar a mais de quarenta anos na produção de melancia, em seus relatos ficou claro que tanto tempo desenvolvendo essa mesma atividade é um sinal de orgulho para ele. Dentre os entrevistados sua história foi priorizada principalmente pelo tempo que vem vendendo sua força de trabalho ao agronegócio de melancia. Sua trajetória somada a história oral de vida trouxe aspectos nunca registrados, demonstrando a importância da entrevista, afinal “[...] Uma entrevista de história oral permite reconstituir decursos cotidianos, que geralmente não estão registrados em outro tipo de fonte” (ALBERTI, 2004, p. 23).

Conforme abordado anteriormente, a história de vida de Sebastião possui aspectos que a torna coletiva e traz traços que interligam os trabalhadores da melancia. A pouca escolaridade entre os trabalhadores é uma dessas ligações. Quando questionei Sebastião sobre sua escolaridade, ele contou que estudou apenas até o quarto ano do ensino fundamental e justificou:

[...] Era muito difícil “pra” estudar, aí não tive escolha, me restou trabalhar no que tinha pra fazer, [...]foi assim que entrei no serviço da melancia, meus “irmão” também foi no mesmo caminho. [...] Como o dinheiro era difícil naquele tempo, nem tinha como escolher “estuda” era só pegar no pesado mesmo (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Aproveitando o ensejo, o entusiasmado Sebastião relatou como foi sua trajetória antes de começar a trabalhar com a melancia. O indaguei sobre qual era sua função hoje no agronegócio de melancia e porque ele escolheu essa função. De forma rápida ele retornou a fala e foi logo dizendo que:

[...] hoje eu ajudo a fazer plantio e ajudo a formar a roça de melancia. Mas trabalhei em outras ‘função’ antes. “Ante” de vir pra Uruana, lá em Ceres, foi roça de arroz, milho... aqui em Uruana o primeiro foi a melancia, que eu trabalhei mais primeiro foi a melancia. [...] aihoje em dia quando não tem melancia pra “planta” eu ajudo a plantar e quebrar milho. [...] arroz hoje “quais” ninguém mexe mais (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Nesse momento da entrevista, a fala de Sebastião reforçou o impacto da modernização da agricultura na região do Mato Grosso Goiano, a mudança e o surgimento de novas culturas, onde o plantio de grãos foi perdendo o espaço. Na visão dele a escolha por ajudar no plantio e na “formação da lavoura” foi principalmente pelo fato que “parece que o serviço, parece que de 'que' é 'mais melhor' e dá um 'pouquinho' a mais, um 'pouquinho' de dinheiro a mais...” Na Figura 14 podemos observar peões trabalhadores do agronegócio de melancia ajudando na manutenção da lavoura.

Figura 14 – Momento de trabalho de peões na lavoura de Melancia em Uruana



Fonte: autor (2018).

Ainda com entusiasmo, ele contou que seus irmãos também continuam trabalhando na melancia, e que ele acha fácil encontrar emprego na melancia. Vale ressaltar que no caso da função de peão desenvolvida por Sebastião é fácil encontrar emprego na cidade, porém para os cargueiros conforme os relatos obtidos, o serviço é mais escasso, o que reflete a migração de trabalhadores para outros estados. Questionei o entrevistado se ele também não viajava para outras localidades para trabalhar na melancia e segundo ele, nos outros estados os produtores e patrões possuem os trabalhadores que ajudam no plantio e no cuidado da fruta. Para eles, utilizar a própria mão de obra da cidade é mais rentável. No caso dos cargueiros, por ser um trabalho que exige mais força física, poucos se arriscam a trabalhar, independente até mesmo do salário, o que faz a mão de obra de cargueiros uruanenses ser requisitada em outras localidades. Mas mesmo assim não é viável para os patrões de outros estados buscarem a mão de obra de trabalhadores uruanenses, uma vez que eles vão ter gastos com transporte, alimentação e moradia.

Enquanto os trabalhadores cargueiros alegaram que houve uma redução no emprego da melancia o que os obriga a viajar, Sebastião, enquanto peão que ajuda no plantio e manutenção da lavoura, ressalta que houve um aumento na produção em Uruana:

Antes não era, não. Era no tempo de um (1) plantio, só. Agora, hoje já “é” dois (2) “plantio”, é na seca e nas “água”. [...] É, dois (2) “plantio” no ano. Já “tá” mais fácil. Primeiro era só um (1), agora passou “pra” dois (2). Agora a gente tem emprego

quase o ano inteiro (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Depois de algum tempo de conversa, questionei o entrevistado sobre suas formas de trabalho, entre elas contrato, condições de trabalho etc. Ele, meio com receio, contou que nunca teve sua carteira assinada na melancia. Mais uma vez a história de Sebastião encontra ligação com os demais trabalhadores. Após um tempo de silêncio o entrevistado contou que trabalha no regime de diarista e que ganha aproximadamente R\$ 70,00 por dia trabalhado, que vai das seis às dezoito horas: “tem dia que vai de cedo até meio-dia e às 'vez', muitas 'vez', vai o dia inteiro”. Quando perguntado sobre como é feita a abordagem para trabalhar na melancia ele respondeu:

Isso aí é ambas “parte”. Tem vez a gente procura e outras “vez” o patrão procura a gente. Então fica de meia a meia. [...] Ah e o pagamento, por dia dá “uns” setenta reais (R\$ 70,00) por dia. Quando termina o serviço ‘de tarde’ eles já faz o pagamento, na roça mesmo. Não, tem escritório, não. É na roça, mesmo. [...]: Tem roça que é o gerente que faz o pagamento. A maioria é o patrão que faz o pagamento na sede da fazenda (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Durante toda a entrevista percebia-se pelo jeito entusiasmado com o qual Sebastião falava da sua profissão, que havia também um sentimento de prazer em contribuir com a pesquisa, talvez de contar sua narrativa de tantos anos de trabalho no agronegócio de melancia. Em determinado momento, com espontaneidade o perguntei se futuramente ele pretendia deixar o serviço da melancia e buscar outra área para trabalhar. Mais que depressa ele respondeu que não, que nunca pensou em deixar de trabalhar na melancia. Enfático, ainda disse que talvez deixaria esse trabalho apenas quando aposentasse, ou não tivesse mais condições de trabalhar.

Aproveitando o ensejo da aposentadoria, o questionei sobre ele ser filiado a alguma associação ou sindicato. Ele destacou que era filiado ao sindicato dos trabalhadores rurais, mas que não enxergava nenhuma luta dessa instituição pelas causas dele e de seus colegas de trabalho, apenas pagava mensalmente. Esse descrédito atribuído aos sindicatos é abordado por Alves (2007, p. 43), que afirma:

A redução da capacidade de organização e luta dos trabalhadores rurais não é específica dessa categoria de trabalhadores, tampouco do Brasil. Na década de 1990, os trabalhadores do Brasil, de diferentes categorias, sofreram perdas salariais e trabalhistas, tendo também menor número de greve e paralisações, relativamente aos anos de 1980. Para uma parte dos analistas, esse fenômeno é decorrente das políticas de ajuste neoliberal, que agravaram o desemprego e, com isso, reduziram o poder de

barganha dos sindicatos, cuja luta, na década de 1990, direcionou-se contra o desemprego ou a favor da busca por novas formas de trabalho e renda para a grande massa de trabalhadores desempregados, deixando de se direcionar em prol de melhores condições de vida e trabalho.

Mais adiante, o perguntei se pelo fato dele ajudar no plantio e manutenção da lavoura de melancia, o seu patrão lhe fornecia alguma ferramenta de trabalho. Em sua fala destacou que utiliza enxada para trabalhar mas precisar levar de casa, pois o patrão não fornece. Até mesmo a garrafa para tomar água durante o trabalho precisa ser levada de casa.

Eu também levo uma mochila, [...] aquilo é roupa “pra” serviço. Ai “tiro” a roupa que vai limpa e visto a roupa de serviço. Muitas “vez” leva o “lanchinho”, também, junto com aquilo lá. E: No caso, durante o trabalho, vocês têm um período “pra” alimentar? [...] Temos de uma (1) hora, mais ou menos “pra” almoçar. O lanche é menos. O almoço é uma (1) hora (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Como ele já possui mais de quarenta anos a frente do trabalho no agronegócio de melancia. aproveitei para explorar e conhecer um pouco de sua percepção sobre as mudanças ocorridas no campo impulsionadas pela modernização agrícola. Questionei se ele considerava que ocorreu alguma mudança na produção de melancia nas últimas décadas. Espontaneamente e com muita rapidez ele respondeu que mudou muito e ainda complementou:

[...]Mudou muito. “Que” no tempo que... no início, “pra” colher “ela” era um sacrifício danado. “Punha” ela dentro de um saco e jogava no monte e, às “vez”, muitas “vez”, juntava dois (2) “pra” carregar numa padiola, “que nem” pesar um porco, “punha” dentro da padiola. E “pra” colher, também, “pra” zelar dela, muitas “vez” “tacava” a mão nas “cova”, limpando aquela areia “pra” jogar remédio. Hoje, ninguém faz isso mais. Hoje “tá” mais fácil. [...] Hoje passa é só o remédio e “num” “escavaca” a cova da melancia mais (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

O trabalho de forma rústica foi ganhando novas características frente à modernização da agricultura ocorrida a partir de 1970. Houve também um crescimento do desemprego e a subproletarização, ocorreram mudanças nítidas nas formas de produção e também a desterritorialização de inúmeras famílias, inclusive com a família de Sebastião. Enquanto conversávamos pude notar no quintal de sua casa a presença de galinhas, talvez uma marca dessa desterritorialização sofrida, apesar da dinâmica da globalização ter obrigado ele e seus familiares a migrarem para a cidade, as galinhas representam os traços do campo ainda presentes em sua vida na cidade, sendo esses animais criados comumente no campo. Sobre o desemprego no agronegócio de melancia o entrevistado pontuou:

Diminuiu sim o emprego nessa questão de ter modernizado “que” antes precisava demais gente, agora precisa de menos. Isso aí tem nem comparação do tanto que mudou “pra” menos serviço. [...] “pro” pessoal que viaja sorte deles “que” lá fora a colheita nunca dá certo daqui com a de lá. Sempre eles “vai” lá primeiro e depois que é a nossa aqui. É, “num” bate... é, lá o período é um, aí a época lá deles plantar é numa época e aqui, “pra” nós, é outra época. Ai eles “fica” empregado o ano inteiro (Sebastião, 59 anos. Entrevista realizada em Uruana-GO em março de 2018).

Além disso, ele contou que agora trabalha poucos dias na semana, afinal seus filhos já são independentes e não precisam mais de sua ajuda financeira. Assim como os outros trabalhadores relataram, Sebastião destacou tudo que o seu trabalho na melancia lhe proporcionou. Nesse momento final da conversa, ele apontou para o carro e a moto com expressão de orgulho e relatou ter adquirido aqueles bens materiais com o suor do seu trabalho. Falou da casa que, segundo ele, apesar de ser pequena foi adquirida também a partir de luta sobre o sol escaldante trabalhando na melancia.

Do mesmo modo que os outros trabalhadores entrevistados, Sebastião ainda falou que aproveita os finais de semana para visitar os dois filhos que moram em outras cidades, às vezes durante a semana em algum dia que ele não está trabalhando, ao encontrar com algum amigo, ele visita alguma chácara, muitas vezes pesca.

Conhecer o cotidiano de Sebastião e dos demais trabalhadores da melancia através da história oral foi, sem dúvidas, a oportunidade de apresentar por meio dessa pesquisa a voz de quem nunca havia sido ouvido, compreender questões nunca antes discutidas, entender o sentimento de ter que doar sua força de trabalho a grandes produtores frutícolas que, visando o lucro, não pensam nas condições de vida e trabalho desses indivíduos tão importantes para a movimentação econômica do município. Outrora a história oral conseguiu atingir seu objetivo nessa pesquisa afinal, pois as “[...] entrevistas de história oral permitem o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc” (ALBERTI, 2004, p. 25). E também para desmistificar a facetas do trabalhador comum uma vez que “mesmo silenciado e mesmo por vias indiretas, o homem comum tem sido o protagonista da história” (MARTINS, 2000, p. 109-110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos socioespaciais que a produção de melancia gerou no município, sobretudo a partir da modernização da agricultura provocaram (e ainda provocam) uma reorganização fundiária, produtiva, econômica, política etc. Esta reorganização promoveu diversas melhorias na cidade de Uruana em relação à infraestrutura e aos equipamentos urbanos, como: saneamento básico, pavimentação das ruas, criação de escolas, de áreas de lazer, comércios, hospitais. Porém os trabalhadores que contribuem com esse processo estão sujeitos às condições de trabalho degradantes. Apesar da grande preocupação em modernizar o campo, o trabalhador da melancia foi esquecido, apenas a sua mão de obra barata foi valorizada, tornando assim visível o papel tóxico do capital sobre o agronegócio da melancia. Esses fatores deixam transparecer que a modernização agrícola na região do cerrado é marcada pela forte presença do capital monopolista, da industrialização da agricultura e da integração do capital agrícola, comercial, industrial e financeiro.

A partir das narrativas dos trabalhadores da melancia, foi possível constatar como o trabalho temporário e informal, bem como a flexibilização imposta pelo capitalismo na fruticultura não explora apenas a terra, mas também o trabalho produtivo que posteriormente originará a mais-valia, fruto da força de trabalho empregada por esses sujeitos no agronegócio de melancia. É nítido o descaso e abandono do capital para com os trabalhadores.

Apesar do trabalho na melancia não ter sido uma escolha desses trabalhadores, e sim ter sido ocasionada por necessidade ou até mesmo, por que não dizer, por obrigação foi possível, a partir das narrativas, perceber que todos os colaboradores demonstram ter orgulho de suas conquistas frente a esse trabalho e por meio de seus modos simples de vivenciar o cotidiano esses trabalhadores buscam reafirmar suas identidades.

De fato, a modernização da agricultura contribuiu para tornar mais difícil a vida desses indivíduos, principalmente pelo aumento do desemprego em determinada área desse modelo de agronegócio. A falta de escolaridade junto a especialização da produção, uma vez que a cidade não oferece outras oportunidades de trabalho, tornou o empregado dependente desse modelo, fazendo assim assujeitar-se a todas as formas de acordos e riscos de acidente de trabalho para conseguir criar os filhos e garantir o sustento da família.

A trajetória desses trabalhadores foi marcada por lutas desde muito cedo, frente a falta de oportunidades tanto de estudar como de conseguir melhores condições de vida e trabalho. A história oral de vida permite a visibilidade para dificuldades encontradas por esses indivíduos na luta diária e no trabalho árduo do agronegócio de melancia.

A partir da pesquisa identificou-se os anseios, as dificuldades enfrentadas no dia a dia dos trabalhadores da melancia que com pouca escolaridade são submetidos a precarização do trabalho. Ainda foi possível notar que os trabalhadores da melancia que migram para outros estados na ocasião da entressafra em Uruana, são produtos do desemprego na cidade causado pela modernização agrícola. Diante de tanta subjetividade encontrada no agronegócio de melancia, conseguimos enxergar que a problemática acerca desse assunto ainda pode ser estendida em outras pesquisas, ainda há muito o que estudar sobre esses indivíduos. Podemos destacar a questão das migrações forçadas em busca de trabalho em outros estados, a condição de saúde, trabalho e gênero nas lavouras de melancia. A estratégia dos trabalhadores da melancia frente ao surgimento e expansão da cana-de-açúcar no município de Uruana e ainda análises temporais da expansão do agronegócio de melancia e a degradação ambiental em território uruanense.

Para finalizar, destacamos que é preciso dar visibilidade para esses trabalhadores tão esquecidos pela sociedade civil e capitalista. Afinal, reconhecer esses grupos sociais esquecidos socialmente se torna importante na contemporaneidade. Sendo assim, faz-se necessária a efetivação de ações que visem a valorização desses trabalhadores, que em Uruana só são vistos aos olhos da economia, apenas como geradores de capital.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5] f.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ARRAIS, T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2004.

_____. Uma abordagem quase contemporânea do Desenvolvimento Regional. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, 2007.

_____. **A.A produção do território goiano**: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2016.

BACELAR, W. K. A. **Pequena cidade**: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político-administrativo. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. XVI Encontro Nacional de Geógrafos - anais, 2010.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BEZERRA, L. M. C. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 14, p. 29-49, 2004.

BEZERRA, J. E. A Geografia do trabalho em movimento! In: JUNIOR, A. T.; Karina Furini PONTE, K. F. da; ALVES, J. (Org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2016, v. 8, p. 11-36.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: SPOSETO, M. E. B.; WHITACKER, M. A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BORGES, J. C. P. A expansão da Cana-de-Açúcar em Goiás: tendências territoriais e o descaminho dos Movimentos Sociais. In: CASTILHO, D. (Org.) **Espaço Plural**: Caderno de Textos. 1ª ed. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008. p. 55-58.

BOSI, E. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALAÇA, M. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vitória (ES), 2014.

CALDAS, A. L. **Nas águas do texto**: Palavra, experiência e leitura em história oral. Porto Velho: Edufro, 2001.

CARVALHO, J. T. de. **A territorialização do Agronegócio e os impactos da produção de melancia em Uruana-GO**. Goiânia: UFG, 2013 – trabalho de conclusão de curso em Geografia.

CARVALHO, J. T. D. Modernização da agricultura e agronegócio no cerrado goiano: a produção de melancia e a expansão canavieira em Uruana-GO. In: **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária ajuste espacial x soberania(s)**: a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. São Cristóvão-SE: [s.n.], 2016.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres-GO-Brasil. **Élisée - Revista de Geografia**, v. 1, p. 117-139, 2012.

CASTRO, J. A. D. O Estado e a apropriação do território de Goiás. In: GOMES, O., et al. **O espaço goiano**: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

CHAVEIRO, E. F. A urbanização do sertão goiano e a criação de Goiânia. In: NETO, A. T.; GOMES, H. **O espaço goiano**: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

CHAVEIRO, E. F.; CASTILHO, D. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. **Revista Mirante**, Pires do Rio - GO: UEG, 2, n. 1, 2007.

CORRÊA, R. L.. **Rede urbana**: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *Cidades*, v. 1, n.1, p.65-78, 2004.

_____. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

COUTINHO, I; SILVA, M. D. T. dos S. **A Festa da Melancia**: Repercussões Econômico-Sociais desta Cultura em Uruana-GO (1978-1998). 48f. Monografia (Especialização em História). Departamento de Geografia, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga, Itapuranga, 1999.

DUTRA E SILVA, S.; BARBALHO, M. G. S.; FRANCO, J. L. A. **A expansão sucroalcooleira e a devastação ambiental nas matas de São Patrício, microrregião de Ceres, Goiás.** História, Histórias, v. 1, p. 230-247, 2013.

DUTRA E SILVA, S. **No Oeste, a terra e o céu:** a expansão da fronteira agrícola no Brasil central. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

EMBRAPA, E. B. D. P. A. Sistema de Produção para Melancia, Estado de Goiás, Uruana-GO. **Sistema de Produção**, p. 1-12, Boletim nº 216, 1981.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FERREIRA, L. C. G. **As paisagens regionais na microrregião de Ceres (GO):** das colônias agrícolas nacionais ao agronegócio sucroenergético. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília. Brasília. 2016. (296f).

FGV, F. G. V. Verbetes Temáticos: Revolução de 1930. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**, 2017. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acesso em: 12 Julho 2017.

FRANÇA, M. de S. **Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900** – estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. UFG: Goiânia, 1975.

FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.(orgs). **Usos & abusos de História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

GARLIPP, J. R. D. Apresentação. In: PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Org.) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: Edufu, 2003. p.5-8.

GOBBI, W. A. O. Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 11, p. 130-149, 2004. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/downloads/80148.pdf>>. Acesso em: 13 Setembro 2017.

GOMES, H.; NETO, A. T. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico UFG, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2017.

IBGE. **IBGE - cidades @**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3AYP>> Acesso em: 02 nov. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 30 out. 2017.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991: Tocantins**. IBGE: Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-50, 1991.

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). **Usos & abusos de História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

LAUDARES, J. B.. **As relações de trabalho numa sociedade capitalista: a sociedade tecnizada e capitalista**. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, n.2, 1º semestre de 2006.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). **Usos & abusos de História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

MACÊDO, M. de P. **Uruana e sua dinâmica espacial recente**. Goiânia: UFG, 2001 – dissertação de mestrado em Geografia.

_____. A festa nacional da melancia em Goiás: uma face da manifestação regional. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22(2), p. 47-72, jul/dez 2002.

MACIEL, D. P. **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MAIA, D.S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: HENRIQUE, W.; LOPES, D. M. F. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 13-37.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro no confins do Humano**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O Cativo da Terra**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo II. Nova Cultural, 1985.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. In ANTUNES, R.A **Dialética do Trabalho** – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007,

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro. Graal, 1977.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. D. S. **História de Goiás (1722-1972)**. 7ª. ed. Goiânia: Editora da UCG, Editora Vieira, 2008.

PELÁ, M.; MENDONÇA, M. R. Cerrado Goiano: Encruzilhada de Tempos. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. **Cerrados: Perspectivas e Olhares**. 1ª. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 51-70.

PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. In.: **História Oral. Revista da Associação brasileira de História Oral**, São Paulo, nº 3, pp. 117/127, jun.2000.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n.14, p. 25-39, fev. 1997.

PRADO, L. de A. **Expansão da fronteira e mudanças do solo em Goiás**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2009. (150) f.

QUEIROZ, G. J. de F. **Modernização agrícola e transformações socioespaciais em Goiás: Desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período 1930 a 2007**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2010. (275) f.

REIS, T. Trabalho e gênero: reflexões sobre o adoecimento no corte de cana. **Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 11, p. 83-112, 2017.

REIS FILHO, D. A. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: REIS FILHO, D. A. et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RODRIGUES, D. M. T. **Sustentabilidade do setor sucroalcooleiro na Microrregião de Ceres - GO**. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2013. (281f).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

XAVIER, G. L. **Os assalariados rurais urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade – Goianésia, Goiás**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

WAIBEL, L. Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, ano IX, p. 03-32, jul/set 1947.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas

Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

Mestrando: Diôgo Rodrigues da Silva

Orientadora: Dra. Dulce Portilho Maciel

Coorientador: Dr. Glauber Lopes Xavier

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA MELANCIA DE URUANA-GO

PESQUISA: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM URUANA (GO): impactos socioeconômicos no município e nos modos de vida de seus trabalhadores, 1970-2010

Ficha técnica:

Tipo de entrevista: História Oral de vida

Pesquisador Responsável: Diôgo Rodrigues da Silva

Local: Uruana, Goiás

Quantidade de entrevistados: 20 trabalhadores

Questionário:

- Qual sua idade?
- Com que idade você começou a trabalhar?
- Qual sua escolaridade?
- Em que município e Estado você nasceu?
- Se não nasceu em Uruana, em que ano você veio para o município?
- Quando você começou a trabalhar no agronegócio da melancia?
- Qual sua função na produção de melancia?
- Trabalhou sempre nessa função? Se não em qual trabalhou antes?
- O que levou você a trabalhar na produção de melancia?

- Tem algum membro da sua família que também trabalha na produção de melancia?
- É fácil encontrar emprego na produção de melancia? Você fica empregado durante o ano todo?
- Você tem carteira assinada?
- Como é feita a contratação para trabalhar na produção de melancia?
- Quanto você recebe por mês?
- Por quem e onde é feito o pagamento?
- Quantas horas você trabalha por dia?
- Você pretende futuramente trabalhar em outra área?
- Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
- Você recebe alguma ferramenta de trabalho? Se sim, esses são trocados em quanto tempo? Por quem?
- O que os trabalhadores costumam carregar nas mochilas?
- Você considera que ocorreu mudanças na produção de melancia nas últimas décadas? Quais? Como?
- Você possui casa própria?
- Você cultiva plantas e hortaliças ou cria animais no seu quintal?
- Você tem filhos?
- Seus filhos estudam em escola pública ou particular?
- Você possui alguma doença relacionada ao trabalho na produção de melancia?
- Você se alimenta durante o trabalho? Se sim, como é o período de alimentação na lavoura/produção de melancia?
- O que você faz aos finais de semana? Me fale um pouco sobre a sua vida?
- Dando continuidade na pesquisa, indique duas pessoas para serem os próximos entrevistados?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM URUANA(GO): impactos socioeconômicos no município e nos modos de vida de seus trabalhadores, 1970-2010”**. Meu nome é **Diôgo Rodrigues da Silva**, sou o pesquisador responsável e discente de Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades do programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, sob orientação da Professora **Dra. Dulce Portilho Maciel** e coorientação do Professor **Dr. Glauber Lopes Xavier**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outro pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail (d1ogo.rodrigues@outlook.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 98557-0780/(62) 99629-9060. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás, pelos telefones (62) 99169-2257 e (62) 3328-1439.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Título: MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM URUANA(GO): impactos socioeconômicos no município e nos modos de vida de seus trabalhadores, 1970-2010

Justificativa: Com o desenvolvimento deste estudo, pretende-se demonstrar que a modernização da agricultura proporcionou ao município de Uruana um grande crescimento de suas atividades agrícolas, devido ao implemento da mecanização das produções. A pesquisa tem como uma das metas apresentar as alterações ocorridas no cerrado, focando especificamente nos impactos socioeconômicos influenciados pelo agronegócio da melancia

Objetivo: Compreender as dinâmicas socioeconômicas e territoriais decorrentes do processo de expansão do cultivo da melancia no município de Uruana – Goiás.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador, serão obtidos registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa. A entrevista será gravada, sendo que haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse do/a mesmo/a ou não houver objeção.

O risco relacionado com sua participação é o grau de desconforto, levando-se em conta que a realização da entrevista, fará com que você reviva fatos e momentos do passado que não necessariamente tenham sido agradáveis, ou, ainda que tenham gerado algum tipo de sofrimento, trauma ou sentimento semelhante.

Os benefícios relacionados com sua participação será a produção de material que trate dos impactos socioeconômicos no município de Uruana e dos modos de vida dos trabalhadores da melancia.

A participação é voluntária, isto é, o participante pode decidir se quer ou não participar, bem como deixar de participar a qualquer momento da pesquisa. O entrevistado não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não autorizar sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Os resultados serão divulgados ao público participante, após a finalização do mestrado na dissertação, congressos e/ou publicações científicas mediante as correções necessárias.

O pesquisador responsável por este estudo e sua equipe de pesquisa declaram: que cumprirão com todas as informações acima; que você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, incluindo indenização referente a possíveis danos sofridos em decorrência da pesquisa, conforme prevê a Resolução 466/2012 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); que toda informação será confidencial e sigilosa; que sua desistência em participar deste estudo não lhe trará quaisquer penalizações; que será devidamente ressarcido em caso de custos para participar desta pesquisa; e que acatarão decisões judiciais que possam suceder.

As amostras e o material da pesquisa serão armazenados em arquivo físico e digital, a ser depositado no Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual de Goiás – UEG- Câmpus de Ciências Sócio Econômicas e Humanas de Anápolis e também sob a responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o término da pesquisa conforme Resolução 466/12 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Depois deste período todos os arquivos oriundos da pesquisa serão destruídos, tendo seu material reciclado.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:

UEG – Câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis
Av. Juscelino Kubitschek, 146 – Bairro Jundiá – Anápolis-GO
Diôgo Rodrigues da Silva
Telefone: (62) 98557-0780

Contato com o Comitê de Ética em Pesquisa

UEG – Universidade Estadual de Goiás
BR 153 Quadra Área, km 99, Bloco III, Térreo – Anápolis-GO
Telefones: (62)3328-1434/ (62)99162-2257

APÊNDICE C - CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO AGRONEGÓCIO DA MELANCIA EM URUANA(GO): impactos socioeconômicos no município e nos modos de vida de seus trabalhadores, 1970-2010**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador responsável **Diôgo Rodrigues da Silva** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito, estou assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

Uruana-GO, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a)

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica

--

APÊNDICE D- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Modernização agrícola no agronegócio da melancia em Uruana(GO): impactos socioeconômicos no município e nos modos de vida de seus trabalhadores, 1970-2010

Pesquisador: Diôgo Rodrigues da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78559917.7.0000.8113

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.402.223

Apresentação do Projeto:

De acordo o pesquisador "Com o advento da agricultura tecnicista na região de Uruana, a produção agrícola paulatinamente sofreu mudanças, deslocando-se da produção de alimentos para a produção de melancia. A produção camponesa, que utiliza a mão-de-obra familiar, foi desarticulada pela modernização do campo em Goiás, sendo esta uma das razões que explica a queda da produção dos alimentos básicos da população como o arroz e o feijão, além de explicar o processo de urbanização crescente: neste Estado. Contraditoriamente, verifica-se o aumento da produção de grãos para exportação, da importação de alimentos e a expulsão do homem do campo para a cidade. Com o desenvolvimento deste estudo, pretendese demonstrar que a modernização da agricultura proporcionou ao município de Uruana um grande crescimento de suas atividades agrícolas, devido ao implemento da mecanização das produções. A pesquisa tem como uma das metas apresentar as alterações ocorridas no cerrado, focando especificamente nos impactos socioeconômicos influenciados pelo agronegócio da melancia. O recorte temporal será delimitado entre 1970 a 2010, período de maior desenvolvimento econômico do município."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as dinâmicas socioeconômicas e territoriais decorrentes do processo de expansão do cultivo da melancia no município de Uruana – Goiás.

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 º Bloco III º Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO

CEP: 75.132-903

UF: GO

Município: ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br

Continuação do Parecer: 2.402.223

Objetivo Secundário:

- Estudar o processo de modernização do cultivo de melancia no município de Uruana.
- Investigar o papel desempenhado pelo Estado nas intervenções realizadas em territórios do Cerrado, em especial no município de Uruana.
- Analisar as condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho empregada no cultivo da melancia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Reconhecemos que esta pesquisa, possivelmente pode gerar certo grau de desconforto aos participantes, levando-se em conta que a realização das entrevistas, farão com que os mesmos revivam fatos e momentos do passado que não necessariamente tenham sido agradáveis, ou, ainda que tenham gerado algum tipo de sofrimento, trauma ou sentimento semelhante.

Benefícios:

A realização dessa pesquisa pode resultar em alguns benefícios, tais como: a produção de material que trate dos impactos socioeconômicos no município de Uruana e dos modos de vida dos trabalhadores da melancia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se da avaliação da versão 2 do protocolo de pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto devidamente preenchida, assinada e datada;
- Termo de compromisso com todas as assinaturas;
- Cronograma dispoendo de 60 dias para apreciação do CEP-UEG;
- Consta o instrumento de coletas de dados;
- O TCLE encontra-se completo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as recomendações e pendências elencadas por este Comitê foram satisfatoriamente cumpridas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG considera o presente protocolo APROVADO e que o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes.

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 ç Bloco III ç Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903

UF: GO **Município:** ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br

Continuação do Parecer: 2.402.223

Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar o Relatório Final ao CEP-UEG até 30 dias após o encerramento da pesquisa, o qual está previsto para março de 2018.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_919112.pdf	06/11/2017 03:46:11		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	06/11/2017 03:45:47	Diôgo Rodrigues da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo.pdf	06/11/2017 03:45:17	Diôgo Rodrigues da Silva	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevistas_Trabalhadores_da_Melancia.pdf	08/10/2017 02:04:49	Diôgo Rodrigues da Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso.pdf	08/10/2017 01:57:51	Diôgo Rodrigues da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	08/10/2017 01:54:46	Diôgo Rodrigues da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 28 de Novembro de 2017

Assinado por:
Luciana de Souza Ondei
(Coordenador)

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99 ç Bloco III ç Térreo

Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903

UF: GO **Município:** ANAPOLIS

Telefone: (62)3328-1434

E-mail: cep@ueg.br